

20 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Braço direito de Richa é investigado por desvio em construção de escolas

Valdir Rossoni tinha escritório no mesmo endereço
de empreiteira que venceu licitações do Estado



O governador Beto Richa (PSDB-PR) ao lado de seu chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni

Segundo investigações,
construtoras fraudavam
vistorias em obras;
chefe da Casa Civil
nega irregularidades

CONTINUA

AMANDA AUIDI
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM CURITIBA

A Procuradoria-Geral de Justiça e o Ministério Público do Paraná investigam o envolvimento do braço direito do governador Beto Richa (PSDB), o também tucano Valdir Rossoni, num esquema de corrupção que teria desviado ao menos R\$ 17 milhões da construção de escolas estaduais. Rossoni é chefe da Casa Civil do Paraná.

As investigações sugerem que havia um conluio entre poder público e iniciativa privada para desviar recursos da Educação, atingindo verbas federais e estaduais. As construtoras contratadas fraudavam as medições de desenvolvimento das obras por fiscais para conseguir a liberação de recursos da secretaria.

O secretário nega envolvimento em irregularidades.

Os projetos quase não saíram do papel. Paralisadas, as obras afetam a vida de pelo menos 50 mil estudantes, segundo o Ministério Público.

A reportagem teve acesso a documentos em análise na Procuradoria. São indícios reunidos por funcionários da construtora Valor —principal agente dos desvios—, que agora colaboram com a Justiça. O caso corre em sigilo.

Segundo a apuração, uma das empresas investigadas operava no mesmo endereço do escritório político de Rossoni, no edifício Palladion (veja quadro acima).

No 20º andar, funcionava a PB Construtora, empresa de fachada do mesmo dono da Valor, segundo registro na Junta Comercial. A PB, porém, não está nos arquivos do prédio comercial.

No registro de imóveis, o escritório de Rossoni estava

em nome da empresa J4RL Holding, de Jeferson Furlan Nazário. Ele é dono da Embrasil, que presta serviço de segurança na Assembleia Legislativa do Paraná desde 2011 —início do mandato de Rossoni na presidência da Casa. O contrato foi prorrogado, sem licitação até 2016, ano em que a Embrasil venceu uma concorrência para manter o serviço.

A PB teria funcionado entre julho de 2013 e dezembro de 2014. A suspeita é que Rossoni também usaria a sala nesse período.

Ele alugou o imóvel três meses depois, com Nazário como fiador. O contrato acabou quando Rossoni foi para a Casa Civil, mas funcionários do prédio afirmam que ele continuou usando a sala.

A J4RL recebeu pelo menos três pagamentos da Valor em abril, maio e junho de 2012, que somam R\$ 10 mil. O motivo dos depósitos também está sendo investigado.

As primeiras obras da construtora começaram e foram concluídas em Bituruna, reduto eleitoral de Rossoni, quando seu filho, Rodrigo Rossoni, era prefeito. A partir de então, a empresa começou a vencer licitações do governo estadual.

FAVORITA

Em depoimento ao Ministério Público, a responsável pelos pagamentos à Valor, Nilda Mattos Guerner, disse que estranhava a construtora vencer todas as concorrências do governo.

“Dava desconto de 25%. Eu me dava bem com a presidente da comissão de licitação e a gente sempre comentava, né, como é que ela faz essas obras”, depôs Guerner.

Ela afirmou também que recebia ligações de gabinetes

de deputados para pressionar a liberação de pagamentos. Questionada sobre quais eram os deputados, citou Rossoni e o atual presidente da Assembleia, Ademar Traiano (PSDB). Disse, porém, que as ligações não partiam dos próprios parlamentares.

Outro indício é um trecho do depoimento do ex-diretor da Secretaria da Educação, Maurício Fanini. Ele disse que foi Rossoni quem o apresentou ao dono da Valor, Eduardo Lopes de Souza. Fanini e Souza foram indiciados e respondem em liberdade.

Em uma escola em que as medições foram fraudadas, em Rio Negro, a medição indica que a obra estava 24% concluída um dia depois depois de o trabalho começar. Com isso, a empreiteira conseguiu a liberação da verba correspondente à entrega.

O governo liberou oito aditivos para os contratos da Valor em um só dia, o que encareceu as obras em mais de R\$ 6 milhões, de acordo com a investigação.

Para concluir as obras —a maioria, no nível do chão—, o Estado planeja abrir novas licitações, sem data definida.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

>OUTROLADO<

Rossoni diz que uso de sala não foi irregular

20 FEV 2017

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM CURITIBA

Chefe da Casa Civil do Paraná, Valdir Rossoni afirmou que alugou a sala comercial de modo legal e não tinha conhecimento do funcionamento da PB Construtora no local.

Disse ainda que as obras da Valor em Bituruna foram fiscalizadas, sem indícios de irregularidades, e entregues de modo satisfatório. E que não apresentou o dono da Valor, Eduardo Lopes de Souza, a Maurício Fanini, diretor da Secretaria da Educação, com quem nega que tenha conversado sobre obras.

Ele também negou que tenha telefonado de seu gabinete para cobrar pagamentos das obras de escolas.

Jeferson Nazario informou que emprestou a sala para a PB Construtora receber correspondências como um favor a Souza, que considerava amigo, mas o negócio nunca funcionou no local.

Sobre os pagamentos da Valor para a J4RL, Nazario disse que teriam sido pelo serviço de consultoria administrativa prestado por funcionária. O empresário negou irregularidade na prestação de serviços à Assembleia e disse conhecer Rossoni há anos. Negou que o parlamentar utilizasse sua sala para reuniões.

Souza e Traiano não responderam. O advogado de Fanini afirmou não ter nada a esclarecer além do dito em interrogatório. A defesa dos funcionários da Valor disse que só se manifesta nos autos.

20 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Violência cresce no AM após mutirão para soltar detentos, afirma governo

Para segurança pública, ação para desafogar sistema penitenciário elevou crimes em Manaus

TJ diz que presos libertos não são os responsáveis; mutirão jurídico foi feito em resposta à chacina

RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA

FABIANO MAISONNAVE
ENVIADO ESPECIAL A TABATINGA

Passados mais de 45 dias da chacina de presos na principal penitenciária de Manaus (AM), a tensão dos presídios repercute nas ruas e é foco de controvérsia entre governo do Amazonas e o Tribunal de Justiça.

Para as autoridades de segurança pública do governo, o mutirão feito para desafogar o sistema penitenciário levou a um crescimento da violência na cidade, com 88% a mais no número de homicídios nos primeiros dias de fevereiro.

No dia da chacina de 56 presos, em 1º de janeiro, havia 1.224 detentos para uma capacidade de 454 no Compaj (Complexo Penitenciário Anísio Jobim). Em resposta ao massacre, o TJ do Amazonas, a Defensoria e o Ministério Público decidiram fazer um mutirão jurídico para detectar casos de presos com penas já cumpridas.

São pessoas detidas por mandado provisório, ainda sem a condenação final, como nos casos de prisão preventiva. O mutirão passou a verificar “se os requisitos que determinaram a prisão cautelar, originalmente, continuam presentes”, segundo informou o TJ.

Alguns dos requisitos utilizados pelos juizes para ordenar as prisões dessa natureza são “garantia da ordem pública e da ordem econômica, a conveniência da instrução criminal ou o objetivo de assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria”.

A **Folha** apurou que o mutirão já levou à libertação de 821 detentos de diversas unidades prisionais, dos quais 295 eram acusados de tráfico de drogas, 259, roubo, e 60, homicídio —o TJ não confirma os números e diz que o mutirão está em andamento.

Os presos passaram a ganhar as ruas a partir do dia 18 de janeiro, quando saíram os primeiros 432 detentos.

O governo do Amazonas disse ter notado, a partir de então, um aumento relevante na criminalidade na região metropolitana. Um documento obtido pela reportagem foi também entregue ao

presidente do TJ com os índices que apontaram o crescimento do número de homicídios, furtos e roubos.

De 1º a 7 de fevereiro, na comparação com o mesmo período do ano passado, houve um aumento de 69% no número de homicídios, de 24% no de roubos e de 20,6% no de furtos. Considerando

todos os tipos de ocorrência criminal, os casos saíram de 1.522, em 2016, para 1.804 neste ano. Houve redução de estupros e lesões corporais.

A **Folha** apurou que a violência continuou alta pelo menos até o dia 11. Nos 11 primeiros dias de fevereiro, o número de homicídios saltou 88%, passando de 17, no mesmo período do ano passado, para 32 assassinatos.

Na sequência, novos casos continuaram aparecendo no noticiário policial de Manaus. No dia 14, o vendedor autônomo Mike Simões Costa, de 27 anos, foi assassinado com seis tiros por dois homens que ocupavam uma moto. No dia 15, o cabeleireiro Francisco Alves Guedes, 56, morreu após receber dois tiros na frente de casa. Na última quinta (16), um homem de 23 anos com histórico de uso de drogas foi morto, também a tiros, de madrugada.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

20 FEV 2017

O governo intensificou a presença da polícia nas ruas para conter a onda de violência e os números apontaram um recuo. Na última sexta-feira (17), o aumento dos homicídios, com um total de 40 casos, havia estacionado em 29% na comparação com o mesmo período do ano passado.

Uma autoridade do governo amazonense, que falou sob anonimato disse que a área de segurança concluiu que o crescimento da violência está associado à libertação dos presos. Segundo ele, o desemprego e a falta de perspectiva dos detentos soltos podem levá-los a cometer assaltos.

Segundo a autoridade, o governo não questiona o mutirão em si, mas sim os critérios utilizados no trabalho. Para o governo, não há uma análise mais aprofundada sobre o mérito do processo no qual o preso é acusado.

“Eles não estão errados em desafogar o sistema. Estão é soltando gente errada. Teria que ter um critério mais rígido. Estimamos que 99% dos presos que foram soltos não eram vítimas de uma injustiça. Eles haviam cometido os crimes, mas estavam sem condenação.”

VIOLÊNCIA NO AMAZONAS

Segundo o Estado, houve aumento da criminalidade em Manaus após mutirões carcerários

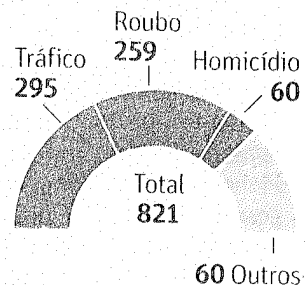
Chacinas

Entre 1º a 8.jan, 64 detentos foram assassinados em prisões do AM; o primeiro massacre, com 56 mortos, foi comandado pela facção Família do Norte, no Compaj, em Manaus

Mutirão

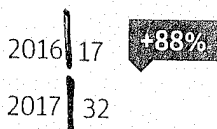
A partir de 18.jan, o Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública e o Ministério Público deram início a um mutirão para desafogar o sistema penitenciário no Estado, com revisão de processos e penas

Presos libertados, por tipo de acusação

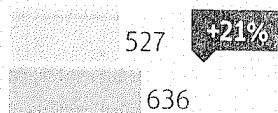


Crimes em fevereiro em Manaus

Homicídios (de 1º a 11.fev)



Furtos (de 1º a 7.fev)



Roubos (de 1º a 7.fev)



CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

>OUTROLADOS<

20 FEV 2017

Não há relação entre violência e mutirão, diz TJ

O presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, Flávio Pascarelli, disse à **Folha** em Tabatinga (AM) que não há correlação entre o crescimento da violência em Manaus e a liberação dos presos pelo mutirão no sistema penitenciário.

O desembargador disse que recebeu formalmente do governo do Estado uma planilha indicando o aumento da violência.

“Ele [o governo] me apresentou uma estatística sobre um pequeno aumento em relação ao ano passado. Mas a pergunta é: aqueles que foram liberados em razão do esforço concentrado feito pelo Tribunal de Justiça, pela Defensoria e pelo Ministério Público, foram os que praticaram os delitos que provocaram essa explosão de criminalidade, conforme diz o governador? A resposta no momento é negativa”, disse Pascarelli.

Ele disse que até a última sexta-feira (17) não era possível apontar com exatidão o motivo do aumento dos homicídios. “Pode, por exemplo, resultar na continuidade da guerra entre facções”, disse o desembargador.

“O Poder Judiciário tem um compromisso com a liberdade, e as prisões são exceções. Portanto, estamos atuando dentro do exame das prisões já existentes e da ilegalidade dessas prisões ou do extrapolamento de prazos. E só vamos deixar na cadeia aqueles que necessitam realmente ficar na cadeia”, afirmou Pascarelli. (FM E RV)

20 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Blindagem à tortura

JUANA KWEITEL E RAFAEL CUSTÓDIO

“Se não estivesse roubando não estava apanhando... não que eu ache que tenha que bater.” A frase dita por promotor de Justiça durante audiência de custódia a uma pessoa presa e algemada que relatava ter sido vítima de tortura pode resumir, de maneira trágica, como o sistema local está longe de atuar em alinhamento ao postulado constitucional da dignidade da pessoa humana.

A Convenção Americana de Direitos Humanos, ratificada pelo Brasil em 1992, determina que “toda pessoa detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz”. Como resultado de esforço do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), as audiências de custódia começaram a ser implantadas de forma pioneira em São Paulo, em 2015.

Em um país com mais de 40% de presos à espera de julgamento, essas audiências são uma importante ferramenta para prevenir detenções ilegais e/ou desnecessárias e contribuir para aliviar o superlotado sistema carcerário.

Mas outra função dessas audiências é igualmente fundamental: a de identificar e investigar a tortura e maus-tratos perpetrados por agentes policiais no momento da prisão em flagrante. Nesse aspecto, pesquisa realizada pela ONG Conectas

A inadequada absorção dos relatos de tortura e a burocrática investigação acabam por legitimar a conduta ilegal de policiais

Direitos Humanos mostra que parte dos atores do sistema de Justiça falha no cumprimento de seu dever ao naturalizar e blindar as ações ilegais da polícia.

Após observar centenas de audiências de custódia no Fórum Criminal da Barra Funda, identificamos 393 casos de pessoas presas com indícios de terem sido vítimas de tortura ou maus-tratos.

Em cerca de 80% dos casos em que houve relato do preso denunciando violência durante a audiência, o Ministério Público —constitucionalmente obrigado a exercer o controle da atividade policial— não fez qualquer tipo de pergunta para apurar os fatos. Quando fez algum questionamento nesse sentido, em mais da metade das vezes foi para deslegitimar o testemunho.

No caso dos juízes, em um terço das vezes eles não questionaram os custodiados sobre a ocorrência de violência, violando expressamente recomendação 49/2014 do CNJ.

Nas ocasiões em que os magistrados decidiram pedir apurações, o estudo encontrou falhas procedimentais: muitos relatos de violência, incluindo as informações sobre as vítimas, foram encaminhados para os batalhões dos policiais suspeitos, podendo colocar em risco a vida das pessoas que fizeram as denúncias. Dos quase 400 casos identificados na pesquisa, apenas um resultou em abertura de inquérito.

Sem deixar de reconhecer os esforços de várias autoridades locais para a implementação das audiências, reafirmamos a urgência de determinar mudanças importantes, por parte da Procuradoria Geral de Justiça e da Corregedoria do Tribunal de Justiça, para a prevenção e o combate à tortura.

A inadequada absorção dos relatos de tortura e maus-tratos e a burocrática investigação, quando existente, acabam servindo para legitimar a conduta ilegal de policiais nas ruas, comportamento tão grave quanto a própria violência em si.

JUANA KWEITEL, mestre em direito internacional dos direitos humanos pela Essex University (Reino Unido), é diretora-executiva da ONG Conectas

RAFAEL CUSTÓDIO, advogado, é coordenador de Justiça da ONG Conectas

MÔNICA BERGAMO

20 FEV 2017

OLHO
CLÍNICO

FOLHA DE S. PAULO

A conferência dos 2 milhões de assinaturas coletadas por integrantes do Ministério Público Federal para a iniciativa popular que propõe as “dez medidas” contra a corrupção checará apenas se os formulários foram preenchidos de maneira correta, com nome completo, endereço e número de documentos. Não haverá verificação da veracidade de todas as informações de cada pessoa junto aos cartórios eleitorais.

DO BEM

A Câmara dos Deputados partirá, portanto, da presunção de que ninguém se passaria por outra pessoa ou forneceria dados falsos na hora de assinar a proposta.

ESTACIONADO

Uma checagem via TSE (Tribunal Superior Eleitoral) seria mais segura, mas exigiria que as listas fossem enviadas a centenas de cartórios para a verificação de todas as informações de cada eleitor. A providência foi descartada para evitar que o projeto de lei ficasse paralisado por muito tempo na Câmara, num acordo que envolveu o presidente da Casa, Rodrigo Maia, e o ministro Luiz Fux, do STF (Supremo Tribunal Federal).

NA RUA

A coleta de assinaturas gerou polêmica, com críticos da iniciativa insinuando que muitas pessoas podem ter assinado sem nem sequer ler todo o texto e que poderiam até ter sido reunidas por sindicatos de camelôs.

PAINEL DO LEITOR

Foro privilegiado

A intenção do ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato, de acabar com o foro privilegiado por meio de mudança na interpretação, patrocinada também pelo ministro Luís Roberto Barroso, um já conhecido corroborador do ativismo judicial, constitui grave violação do princípio de repartição dos poderes (“Sou crítico ao foro privilegiado, diz Fachin”, “Poder”, 18/2). De nada adianta promover a mudança correta pelos meios errados. Se ambos quiserem legislar, que se candidatem a atravessar a Praça dos Três Poderes.

ELIAS MENEZES (Belo Horizonte, MG)

19 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Com relatoria da Lava Jato, Fachin enfrenta maior desafio da carreira

Último a entrar na Corte foi criticado por ligação com PT e MST ao ser indicado por Dilma Rousseff

Passados dois anos, ministro 'novato' na área penal passa por novo teste ao assumir processos da operação

DANIELA LIMA
DE SÃO PAULO

Edson Fachin estava com a mulher, de férias, na Alemanha, quando recebeu o aviso. O casal fazia uma temporada de estudos no renomado Instituto Max Planck, mas interrompeu a programação de súbito para voltar ao Brasil. Abalado, lamentava ter perdido o seu “irmão de bancada”. Era 19 de janeiro, dia em que morreu o ministro Teori Zavascki.

Fachin fazia questão de usar dois substantivos na mesma frase para se referir a Teori: “meu colega”, em referência à convivência na Corte, e “amigo”, para explicitar o vínculo afetivo.

Até ali, o ministro de 59 anos achava que já tinha passado pela maior prova de sua vida. Jurista renomado no Paraná, Estado em que fez carreira, considerava a nomeação ao Supremo o grande sonho a ser alcançado.

A oportunidade veio pelas mãos da ex-presidente Dilma

Rousseff, que o indicou a Corte em 2015. Os amigos resumem a situação dizendo que ele era, na ocasião, o “nome certo na hora errada”.

Dilma já vivia a crise política que, no ano seguinte, lhe custaria o mandato. Houve forte reação ao nome de Fachin. As teses progressistas defendidas por ele como acadêmico e advogado se tornaram armas para questionar sua capacidade de atuação.

De perfil ameno, nunca havia sofrido ataques. Naquele momento, diante dos holofotes, quase sucumbiu.

Foi criticado por suas ligações históricas com MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) e PT. Havia lido um manifesto em apoio à eleição de Dilma em 2014.

O clima político fez da sabatina de Fachin no Senado a mais longa da história. Ele havia se preparado. Antes de se sentar diante dos parlamentares, assistiu às entrevistas de nomes que o antecederam. Fachin é descrito como um homem inteligente, mas acima de tudo, metódico e estudioso.

No dia do embate, levou um discurso que escreveu de próprio punho. “Sou um sobrevivente”, disse aos senadores. “Tive muito desafios.

Perdi meu pai muito cedo, jovem ainda aos 17 anos, e tendo que tornar-me pai de mim mesmo, sobrevivi com a mão firme de minha família.”

“Sobrevivi ao voluntarismo, sobrevivi a mim mesmo, fazendo autocrítica.”

Antes da sabatina —foi o último ministro do Supremo a ser nomeado, em processo pelo qual passa agora Alexandre de Moraes—, fez uma espécie de corpo a corpo com os senadores. Contou com a ajuda de políticos.

O ex-senador Delcídio do Amaral, na época líder do governo e filiado ao PT, fazia de mestre de cerimônias. Meses depois, com Fachin já no Supremo, ele seria preso acusado de obstrução de Justiça e perderia o mandato.

Hoje presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE) também apoiou sua nomeação. Álvaro Dias (PV-PR) foi um dos poucos adversários de Dilma a deixar a disputa com a petista de lado para defender de seu conterrâneo.

No auge da tensão, o jurista repetia que, se fosse nomeado, resumiria seu currículo em uma frase: “ministro do Supremo Tribunal Federal”. Foi a fórmula que encontrou para prometer que, nomeado, não teria mais compromisso com o passado.

CONTINUA

LAVAJATO

A posse ocorreu em junho de 2015. De lá para cá, em menos de dois anos Fachin consolidou a fama de homem discreto, moderado e conciliador. As credenciais foram imprescindíveis para que, após a morte de Teori, ele fosse escolhido para substituí-lo na relatoria da Lava Jato.

O ministro teve que manobrar dentro do Supremo para ter o processo mais complexo do país em suas mãos.

Ele integrava uma turma diferente da que julga ações relativas à operação.

Às vésperas da mudança, repetia em privado que qualquer atitude só seria tomada com o aval da presidente do STF, Cármen Lúcia, e um consenso entre os colegas de Corte. Foi o que houve.

Uma vez na turma da Lava Jato, Fachin foi sorteado para ficar com a relatoria da operação. A sincronia dos acontecimentos gerou uma onda de piadas na internet — um dos memes trazia uma foto de vários pedacinhos de papel, e em todos havia o nome dele.

Amigos do ministro dizem que agora sim é que ele está diante do processo de sua vida. Fachin nunca foi afeito ao direito penal. É especialista em direito civil e de família. Mas passou a estudar o tema com afinco.

Advogados que atuam na Lava Jato ironizam a situação. Dizem que ele vai aprender o criminal justo em meio ao “maior processo de corrupção da história” e que será “extremamente dependente de sua assessoria”.

Já os amigos garantem que os que apostarem que ele vai se embaralhar com a Lava Jato vão quebrar a cara. Quem conhece Fachin diz que ele está disposto a fazer o contrário: acelerar no limite do possível o andamento das ações relativas à operação.

O ministro colocou em sua equipe pessoas com as quais tem confiança e intimidade. Seu braço direito na análise das ações é o juiz auxiliar Ricardo Rachid de Oliveira, também do Paraná. Rachid é visto como linha dura e essencialmente técnico. “Voa no criminal”, nas palavras de um advogado de Brasília.

O ministro também tem boa relação com pessoas chaves dentro da força-tarefa da em Curitiba. É visto como uma pessoa próxima ao juiz Sergio Moro. Os dois lecionaram na Universidade Federal do Paraná — a filha de Fachin também é professora de direito na instituição. Já o procurador Deltan Dallagnol, por exemplo, foi seu aluno.

Fachin nasceu no interior do Rio Grande do Sul, no município de Rondinha. Aos dois anos se mudou para o Paraná, onde construiu a vida. Aos senadores, destacou sua origem humilde e disse ter sido alfabetizado pela própria mãe. Aos amigos, brinca que ele e a mulher, juntos há quase 40 anos, anteciparam o casamento porque perceberam que, dividindo o mesmo teto, gastariam menos dinheiro.

Costuma descer com sua equipe para almoçar no ban-dejão do Supremo. O hábito virou piada. Come comida simples, arroz, salada e suco. Há quem diga que do local melhorou depois que ele passou a frequentá-lo.

Quem a trajetória do ministro até chegar ao STF reconhece que ele é disciplinado. Mas ressalta que Fachin é do tipo que “se sente confortável em temperatura morna” e sofre sob pressão. A Lava Jato será o teste de sua vida.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

19 FEV 2017

ISTO É FACHIN

Como o ministro do STF descreveu sua vida e personalidade ao se apresentar para o Senado, em 2015

“ Aqui vos fala um sobrevivente; emergi desse longo processo de indicação; fui chamado, e, ao honroso chamamento, não me recusei

“ Sobrevivi à infância; a uma adolescência difícil e enriquecedora, vendi laranjas na carroça de meu avô, fui pacoteiro de loja de tecidos, fui vendedor de passagens em estação rodoviária

“ Perdi meu pai muito cedo, jovem ainda aos 17 anos. E, tendo que tornar-me pai de mim mesmo, sobrevivi com a mão firme de minha família; sobrevivi aos arroubos de transformações imediatas do mundo e da vida; sobrevivi ao voluntarismo, sobrevivi a mim mesmo, fazendo autocrítica

“ Não me escondi atrás das palavras. Fiz diversos juízos de valor. Usei em algumas circunstâncias expressões fortes e opiniões; serei claro: sou quem sou. [...] Intentei preparar-me para este momento que é sem igual em toda a minha vida

“ Tenho mais aprendido que ensinado. Não nasci pronto, fui construindo aquilo que pude ofertar

O ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato



19 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

O STF não dá conta

Acúmulo de processos no Supremo atrasa julgamentos, dificulta as punições e torna necessária uma revisão das regras do foro privilegiado

Os números são espantosos. Aproximam-se de 500 os processos contra políticos correndo no Supremo Tribunal Federal (STF), dos quais 357 inquéritos e 103 ações penais.

A informação provém de um voto do ministro Luís Roberto Barroso, datado de 10 de fevereiro, que justificadamente procura apresentar soluções para o quadro, certamente inadmissível a médio prazo, que descreve.

Com efeito, argumenta o magistrado, a perspectiva de casos ainda mais frequentes de investigações contra deputados federais, senadores ou ministros acarreta os óbvios riscos de congestionamento das atividades do Supremo e de delongas processuais cujo efeito acaba sendo a virtual impunidade dos culpados.

Quanto ao primeiro risco, Barroso menciona o exemplo do processo do mensalão, que ocupou o STF por 69 sessões seguidas, durante cerca de um ano e meio, com prejuízo para a análise de inúmeros outros casos em que uma corte constitucional é instada a decidir.

A ameaça paralela —de que casos de grave desvio de verbas públicas terminem tendo sua punibilidade extinta— também se comprova. Reportagem publicada pe-

lo jornal “O Estado de S. Paulo” cita os números de um levantamento da Fundação Getúlio Vargas, segundo os quais o índice de condenações no Supremo é inferior a 1%.

De 404 ações penais analisadas, 276 prescreveram ou foram remetidas a outras instâncias.

Há razões suficientes, como se vê, para considerar que o foro privilegiado —prerrogativa plenamente justificável, destinada a proteger autoridades de eventual perseguição judicial por inimigos políticos— demanda reexame.

É necessário rever as normas que abrem, a um extenso rol de políticos e dirigentes, tantas ocasiões de impunidade. Tanto o número de contemplados quanto o de crimes abarcados pelo mecanismo pode, em tese ao menos, ser reduzido.

Em seu voto, Barroso avança uma alternativa, no plano da interpretação constitucional: a de que o tribunal se ocupe apenas dos casos de acusação de delitos cometidos no cargo e em razão do cargo protegido pelo foro.

Embora tentadora, a proposta deverá despertar polêmica. Como evitar que hipotéticos arbítrio e perseguição política de um único juiz de primeira instância alcancem injustamente o detentor de um mandato popular ou de um posto no primeiro escalão do Executivo?

As estatísticas da impunidade e da morosidade judicial confirmam, entretanto, a “disfuncionalidade” a que se refere Barroso —e os objetivos por ele expostos merecem discussão jurídica e legislativa.

19 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

JANIO DE FREITAS

A crise vai aos tribunais

Protelar ainda mais o julgamento das contas da chapa Dilma/Temer no TSE é a primeira chave do plano

O PLANO é simples e seus riscos de embarço são poucos. Consumado, deixa Dilma Rousseff condenada por irregularidade na campanha eleitoral e absolve seu companheiro de chapa, o que livra Michel Temer da destituição como beneficiário da mesma irregularidade. Não há, porém, como apressar a execução do plano, que está condicionado a certo calendário do Tribunal Superior Eleitoral. E esse é o seu risco.

O exame das contas de Dilma/Temer espicha-se há dois anos. O ministro Herman Benjamin desabafou há pouco, em um despacho, contra diligências que pretenderiam protelar o caso "ao infinito, sem possibilidades concretas de conclusão". O lado de Dilma Rousseff tem experiências que justificam o receio do julgamento. O de Michel Temer está inseguro quanto a votos que não se pre-nunciam.

Protelar o julgamento ainda mais é a primeira chave do plano. Em mais dois meses, a 16 de abril, o ministro Henrique Neves encerra sua participação no TSE. Meio mês depois, em 5 de maio, dá-se o mesmo com a ministra Luciana Lóssio. Daí decorre a segunda etapa: a designação de novos ministros afinados, por antecipação, com a separação de responsabilidades dos candidatos igualmente beneficiados. E, como decor-rência, voltados para a condenação da presidente eleita e a absolvição do seu vice.

Estariam assegurados os quatro votos pró-Temer: além dos dois recém-nomeados, Gilmar Mendes e Luiz Fux, presidente e vice do TSE, não suscitam dúvidas. Os três que com-

pletam o plenário de sete não importariam mais. A condenação de Dilma nem seria indispensável, servindo só como lucro político excedente. Nessa operação, o risco que o plano corre é o de um imprevisto, no TSE, capaz de dificultar a protelação do julgamento por mais dois meses e meio. Consta já haver sondagens, ou indicações originárias do TSE, de alguns nomes possíveis.

Para mais informações: Gilmar Mendes, no TSE ou no STF, e Michel Temer, no Planalto ou no Jaburu (recados com Marcela).

A atividade em Brasília faz o verão das conspiratas. As do Congresso duram dois ou três dias, porque lá os sigilos começam por uma confidência a jornalistas. A manobra desanda, para começar outra, todas procedentes dos estoques inesgotáveis de Romero Jucá e Renan Calheiros. Nos tribunais superiores são mais compenetradas. A repórter Marina Dias revelou uma que em breve teria desdobramento com reflexos radiais. É provável que não mais o tenha, em razão da quebra do sigilo.

A informação de que, na segunda turma do Supremo Tribunal Federal, havia conversas contra a continuada prisão de Eduardo Cunha (Folha, 17/2, pág. A7), é de humor irresistível. Quer dizer que a mania de perseguidos do juiz e de procuradores da Lava Jato, atribuindo ao Congresso as conspirações para esmagá-los, acontece com real perigo é na catedral da própria Lava Jato? Mas nem o que haja de patético nessa inversão enfraquece a enormidade do relatado a Teori Zavascki: mais do que conversas sobre pretendida liberta-

ção de Eduardo Cunha, por ele inadmitida, estava formada, em princípio, a maioria de três votos para derrotá-lo —seriam Gilmar Mendes, Dias Toffoli e, quase com certeza, Celso de Mello. O voto final, de Ricardo Lewandowski, em nada influiria.

O argumento a que foi atribuída a formação da maioria é o que mais pode ter utilidades hoje em dia: é preciso e urgente restaurar a ordem institucional, que não resistirá ao agravamento de sua desmoralização caso Eduardo Cunha, derrotado nos seus pedidos de habeas corpus, adote uma demolidora delação premiada para recuperar a liberdade. O desarrazoado voto do ministro Celso de Mello, com a concessão de foro privilegiado a Moreira Franco, encaixa-se naquele argumento fértil.

O Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral entram de corpo inteiro na crise. Deveriam dirimi-la, vêm agravá-la.

FOLHA DE S. PAULO

CARLOS HEITOR CONY

Tá tudo muito confuso

RIO DE JANEIRO - Já lembrei, há tempos, o velhinho do Iseb, instituto criado pelo pessoal da esquerda, destinado a combater a Escola Superior de Guerra, que tramava o golpe de 1964, dirigido por Castello Branco e que resultou na deposição de João Goulart e nos 21 anos de ditadura militar. O velhinho ia a todas as reuniões onde os problemas da época (Vietnã, Cuba, reforma agrária, remessa de lucros etc.) eram resolvidos.

Veio gente até de fora, como Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Régis Debray e teóricos do mesmo calibre que traziam soluções para impedir que o imperialismo norte-americano tornasse o Brasil uma colônia de Wall Street. Os argumentos eram sérios e levados à sério. Uma noite, da numerosa plateia levantou-se um velhinho e, de dedo no ar, dirigindo-se especialmente para Sartre e Roland Corbisier, declarou com autoridade: "Tá tudo muito confuso, temo que não dê certo".

Soube-se depois que o velhinho morava em Niterói e comparecia e participava de todas as reuniões mas não tomava parte nos debates. Certa noite, depois que os palestrantes resolveram todos os problemas da época, espantou os principais líderes da esquerda internacional.

Suspeito que esse velhinho já tenha morrido, se vivo fosse, certamente diria o mesmo quanto à situação nacional, centrada, sobretudo, na corrupção desvairada e na confusão reinante no Executivo, Legislativo e Judiciário, correndo por fora, com grande estardalhaço, a Polícia Federal e o distante e calorento subúrbio de Bangu.

Na realidade ninguém mais sabe quem governa o país. Além do presidente da República, líderes partidários e candidatos ao poder todos os dias e noites fazem análises e apresentam soluções que salvem o Brasil da malária, da dengue, da falência dos Estados e da situação calamitosa dos presídios nacionais.

19 FEV 2017

19 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Lula pediu à Odebrecht treinamento para filho

Empresa de Luís Cláudio Lula da Silva organizava torneio de futebol americano

Pagamento de consultor foi relatado em delação por Alexandrino Alencar, ex-executivo da empreiteira

WÁLTER NUNES

DE SÃO PAULO

FÁBIO ZANINI

EDITOR DE "PODER"

BELA MEGALE

DE BRASÍLIA

Um dos favores feitos pela Odebrecht para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi pagar um orientador de carreira para ajudar seu filho Luís Cláudio a colocar de pé a empresa Touchdown Promoções e Eventos Esportivos, que organizava um campeonato de futebol americano.

A informação consta da delação premiada da empresa, que ainda está sob sigilo.

Segundo a **Folha** apurou, foi o próprio Lula quem pediu para que a empresa bancasse o "coaching", cujo objetivo era ensinar a Luís Cláudio, 31, técnicas de gestão.

Procurado, o Instituto Lula disse que não comentaria "supostas informações incompletas baseadas em supostos documentos".

Caçula de Lula e Marisa, ele promoveu entre 2012 e 2015 o Torneio Touchdown, que reunia cerca de 20 equipes de futebol americano.

A informação sobre a contratação do orientador foi dada pelo ex-diretor de Relações Institucionais da Odebrecht Alexandrino Alencar, pessoa na empresa que era a principal responsável por atender

demandas ligadas ao petista.

A empreiteira contratou um profissional de fora de seus quadros e o pagou.

Alexandrino relata o caso como um dos diversos serviços que a Odebrecht prestou ao ex-presidente. No pacote elencado pelo ex-executivo também estão detalhes da reforma da sítio de Atibaia frequentado pela família Lula.

Além disso, outros favores da empresa ao petista são a construção do estádio do Corinthians —descrita como um "presente" para o ex-presidente— e a compra de um terreno para ser a nova sede do Instituto Lula.

A informação referente à contratação do orientador de carreiras para Luís Cláudio foi decisiva para que Alexandrino conseguisse fechar seu acordo com os procuradores da Lava Jato. Na primeira entrevista que teve com representantes da Procuradoria-Geral da República e da força-tarefa de Curitiba, a sua colaboração havia sido recusada.

A avaliação dos investigadores no primeiro encontro era de que Alexandrino estava poupando o petista e escondendo informações para protegê-lo. Pressionado, ele trouxe novos relatos.

O depoimento do ex-executivo foi realizado em novembro em Campinas (SP) e durou mais de dez horas.

CARREIRA

Formado em educação física, Luís Cláudio trabalhou

como auxiliar de treinamento nos grandes clubes paulistas: Palmeiras, São Paulo, Santos e Corinthians.

Entre as funções que exercia estava colocar nos gramados pequenos cones que balizam os exercícios dos jogadores. Foi ajudante do técnico Vanderlei Luxemburgo.

Em 2011, abandonou os gramados e fundou a LFT Marketing Esportivo, tendo como primeiro cliente o Corinthians, na época presidido por Andrés Sanchez, hoje deputado federal pelo PT.

O filho do ex-presidente Lula recebeu cerca de R\$ 500 mil entre 2011 e 2013 sem ter desempenhado função no clube, segundo relatos de funcionários do time, entre eles o então o diretor de marketing, Luis Paulo Rosenberg.

Apesar de amadores, os torneios de futebol americano da empresa do filho do ex-presidente tinham grandes empresas como patrocinadoras, entre elas TNT, Budweiser, Tigre, Sustenta Energia (grupo JHSF), Qualicorp, GOL e Caoa Hyundai.

O nome de Luís Cláudio já havia sido citado na Operação Zelotes. A Caoa é investigada por ter contratado o escritório de lobby Marcondes & Mautoni para obter extensão da desoneração fiscal por meio de medida provisória. A Caoa nega a acusação.

CONTINUA

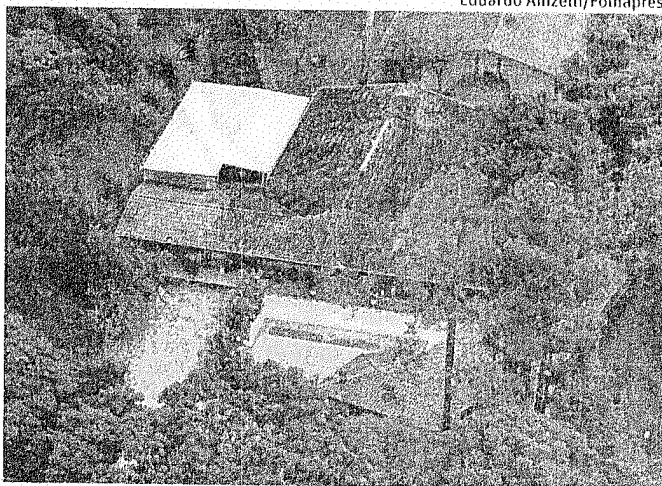
19 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

PRESENTES DA ODEBRECHT PARA LULA

Investigações apontam que empreiteira fez agrados ao ex-presidente e sua família

Eduardo Anizelli/Folhapress



CONTINUAÇÃO

Na época, o escritório contratou a LFT, de Luís Cláudio, por R\$ 2,5 milhões para uma consultoria na área de marketing esportivo. O estudo feito pela LFT era um compêndio de informações tiradas de sites, o que levou à suspeita de que o pagamento ao filho de Lula seria uma forma de comprar influência junto ao governo. Luís Cláudio nega e diz que a consultoria foi realizada.

Em 2016, o campeonato Touchdown deixou de ser realizado. Depois que Luís Cláudio foi alvo da Zelotes, em outubro de 2015, o torneio perdeu patrocinadores e os times decidiram atuar em outra liga.

SÍTIO EM ATIBAIA

A empreiteira admitiu que pagou pela reforma da propriedade frequentada pelo ex-presidente e sua família no interior de São Paulo. Segundo a PF, a obra custou R\$ 1,5 milhão. O sítio é equipado com cozinha gourmet, pedalinhos de cisne em um lago e uma miniatura do Cristo Redentor

INSTITUTO LULA

Executivos da Odebrecht relataram que a empresa comprou um imóvel em São Paulo, em 2010, onde seria construída a nova sede do Instituto Lula. A negociação, de acordo com os delatores, foi intermediada pela DAG Construtora, que recebeu R\$ 7,6 milhões da empreiteira naquele ano. A transferência de sede acabou não saindo do papel

ITAQUERÃO

Emílio Odebrecht, presidente do conselho do grupo, afirmou que a construção do Itaquerao, estádio do Corinthians, foi um presente a Lula em retribuição à suposta ajuda do petista à empresa em seus oito anos no Planalto. Torcedor do time, o ex-presidente atribuía o mau desempenho do clube à falta de um estádio. Com financiamento do BNDES, a arena foi inaugurada na Copa de 2014 e custou R\$ 1,2 bilhão

COACHING

Segundo o delator Alexandrino Alencar, Luis Cláudio Lula da Silva ganhou da Odebrecht orientação de carreira para ajudá-lo a administrar sua empresa, organizadora de um torneio de futebol americano. A **Folha** apurou que o agrado ao caçula do ex-presidente foi um pedido do próprio Lula

CONTINUA

19 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

>OUTRO LADO<

Petista aponta 'documentos fora de contexto'

Questionado sobre se houve a contratação de um orientador profissional pago pela Odebrecht para dar assistência a Luís Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula, o Instituto Lula disse, em nota, que a reportagem da **Folha** se baseia “em suposta delação para obtenção de benefícios judiciais que deveria estar sob sigilo, sem apresentar transcrição, documento, contexto, época do ocorrido ou qualquer informação básica que permita até compreender o que está sendo perguntado pela reportagem”.

Disse ainda que não comentará “supostas informações incompletas baseadas em supostos documentos fora de contexto que estariam sob sigilo judicial”.

O advogado de Luís Cláudio não respondeu os questionamentos da reportagem.

A Odebrecht afirmou que não se manifesta sobre depoimentos das pessoas físicas. “A empresa reafirma que segue cooperando com as autoridades e tem avançado na adoção de medidas para aprimorar seu sistema de conformidade.” Diz que todos os integrantes devem “combater e não tolerar a corrupção em quaisquer de suas formas”.

19 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

AS ATRAÇÕES DO PASSEIO

LAVA TOUR

Em Curitiba, agência faz passeio por pontos emblemáticos da maior operação de combate à corrupção do país e aborda curiosidades sobre o juiz Moro

Ministério Público Federal
Local onde trabalham os procuradores da força-tarefa

Prédio da UFPR
O juiz Sergio Moro dava aulas no curso de direito até o final do ano passado

Museu Oscar Niemeyer
Abriga uma exposição com 42 obras apreendidas na Lava Jato

Justiça Federal do Paraná
Local de trabalho do juiz Sergio Moro

Polícia Federal
Sede das investigações policiais e de uma carceragem para onde vão os presos provisórios

Complexo Médico Penal
Uma ala abriga presos mais antigos da Lava Jato



Turistas fazem selfie em frente à sede da Justiça Federal do Paraná, local de trabalho de Moro, no tour da Lava Jato

CONTINUA

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

Em frente à Justiça Federal do Paraná, a agente de turismo Carla Mazzetti, 53, acena para uma janela do segundo andar. É ali que, ficou sabendo, trabalha o juiz Sergio Moro, responsável pelos processos da Operação Lava Jato.

“Eu sou fã”, diz ela, uma das cinco turistas que passaram a manhã num “tour da Lava Jato” —que inclui, além do fórum, paradas na sede da Polícia Federal, no prédio do Ministério Público e até na carceragem do Complexo Médico Penal.

O passeio foi criado por uma agência de Curitiba, que cansou de ouvir pedidos para “conhecer o Moro” e “ir aonde estão os presos” da maior operação de combate à corrupção do país:

“Eu estava com muito medo”, lembra a empresária Bibiana Antoniacomi, que lançou o tour em maio do ano passado. “O país estava dividido. Mas é um trabalho sério; é informativo. Não fazemos julgamento.”

Cerca de cem pessoas já participaram do percurso —a maioria, turistas de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. “99% delas”, conta, são a favor da Lava Jato.

“Mas uma vez fui falar do tour para uma senhora e ela virou a cara”, lembra a guia de turismo Vivian Flügel. “É assim mesmo. Religião e política a gente não discute.”

A guia conduz o passeio, que dura quatro horas, com a ajuda de ilustrações plastificadas. São fotos dos procuradores que coordenam a operação, um infográfico que explica o esquema e até croquis das celas da Polícia Federal e do Complexo Médico Penal, onde estão os detidos pela Lava Jato.

“A proposta não é explicar o que é a Lava Jato, porque todo mundo está cansado de

saber”, diz Flügel, dentro da van que transporta o grupo. Em vez disso, ela faz uma breve explanação sobre o começo da operação e responde a algumas dúvidas sobre quantas fases já foram e por que parte do processo corre em Brasília e outra, em Curitiba.

Em seguida, desfia curiosidades sobre o currículo e a vida de Sergio Moro —qualificado por ela como “muito discreto, extremamente calmo e muito capacitado”.

“Os filhos, pelo que se sabe no momento, não estão estudando no Brasil; estão nos Estados Unidos”, comenta. Um turista pergunta: “Por causa de ameaça?”.

A guia afirma que o juiz tem “vários seguranças”. “Não sei se é verdade isso, mas seriam inclusive do Exército, das Forças Armadas. Mas isso é especulação.”

Ela pede desculpas pelo excesso de informações sobre o magistrado. “É que ele virou praticamente um herói nacional. Muita gente pergunta dele.”

Nas seis paradas ao longo do passeio, a entrada só é permitida no Museu Oscar Niemeyer, onde estão parte das obras de arte apreendidas na operação. Nenhum turista (ainda) teve a sorte de encontrar Moro entrando ou saindo do prédio da Justiça Federal —nem algum procurador ou delegado.

MOMENTO HISTÓRICO

Os cinco que faziam o tour na semana passada, todos do Paraná, apoiavam a investigação. A maioria dizia querer aprender mais sobre a Lava Jato, eventualmente sobre algum bastidor, e refletir sobre sua importância.

“Não é um tour apenas contemplativo. Ele faz a gente pensar”, diz o professor Adriano Stadler, 40. “É um momento histórico.”

A professora curitibana Célia Milek, 60, carregava um bloquinho para anotar as principais observações. “Muita gente vem me perguntar. Eu quero passar a informação para a frente.”

Uma turista, porém, demonstrava algum ceticismo. “Não existe almoço grátis”, diz a economista Zélia Halicki, 50. “Eu admiro muito o trabalho da equipe. Mas não idolatro ninguém. Todo mundo tem um interesse.”

O passeio custa R\$ 195. Ao final, um chaveiro com o desenho de uma alga e a inscrição “Operação Lava Jato” é dado como lembrança aos turistas —junto com um chocolate em formato de pinhão.

LUISLINDA VALOIS

Dizem, em pesquisa comprovada, que eu sou a primeira juíza negra do país
Ministra de Direitos Humanos, em entrevista a jornal baiano; ao menos outras três mulheres negras foram juízas antes dela

Não estou dizendo que não é verdade. Não fiz pesquisa. Como posso [saber]?

Idem, perguntada se as informações divulgadas pelo Planalto eram inverídicas

censura à imprensa

GUSTAVO ROCHA

[A ação] serve a evitar prejuízo irreparável à autora [Marcela Temer], caso tenha sua intimidade exposta pelos veículos, que mais uma vez estão a confundir informação com violação da privacidade
Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil

TAIS GASPARIAN

A Folha se limitou a reproduzir fatos verídicos de interesse público, no regular exercício da atividade de imprensa

Advogada, em recurso

ARNOLDO DE ASSIS

[A liminar contra o jornal] está a padecer de aparente inconstitucionalidade, já que violadora da liberdade (...) verdadeiro pilar do Estado democrático

Desembargador do TJ-DF, em decisão que anulou a censura



prêmio camões

RADUAN NASSAR

Mesmo de exceção, o governo que está aí continua amparado. Todo um governo repressor (...) atrelado ao neoliberalismo com sua escandalosa concentração de riqueza. Não há como ficar calado
Escritor, em discurso de aceitação ao prêmio Camões

ROBERTO FREIRE

É um adversário recebendo um prêmio de um governo que ele considera ilegítimo. Quem dá prêmio a adversário político não é a ditadura!

Ministro da Cultura, em resposta ao escritor

HELENA SEVERO

Acho que não era um momento de luta política, era a entrega de um prêmio literário
Presidente da Biblioteca Nacional

EDUARDO CUNHA

Tem conhecimento de oferecimento de alguma vantagem indevida a Érica ou a Moreira Franco para liberação de financiamento do FI/FGTS?

Ex-presidente da Câmara e deputado cassado (PMDB-RJ), em série de perguntas enviadas à Justiça, em processo no qual arrolou Michel Temer (PMDB) como testemunha

ELIO GASPARI

OS PAPÉIS DE TEORI

O ministro Teori Zavascki tinha o hábito de tomar pequenas notas, nas quais comentava a dura vida que levava. Quem viu alguns desses papéis garante que as relações do ministro com o procurador-geral Rodrigo Janot não iam bem.

Teori estava insatisfeito com a lentidão da Procuradoria (chegou a mostrar isso numa rara entrevista) e dispunha-se a chutar o balde no fim de fevereiro, caso Janot não colocasse a papelada em dia.

Teori reclamou também da má qualidade de denúncias que o procurador lhe mandou. A primeira relacionada com o senador Renan Calheiros estava vazia. A de Delcídio do Amaral tinha um ponto cego.

19 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO



18 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Judiciário deveria censurar publicação sob o argumento de violação da privacidade?

NÃO

Cerceamento fere a Constituição

MIGUEL ÂNGELO CANÇADO E RONALDO LEMOS

A ordem judicial que impediu a **Folha** e o "O Globo" de publicarem matéria envolvendo a tentativa de extorsão contra a primeira-dama, Marcela Temer, chama a atenção para um fenômeno que aos poucos se enraizou no Brasil: a censura prévia por ordem judicial.

Há um grande número de juízes no país ordenando não só a remoção de reportagens da internet mas também impedindo jornais e outros veículos de publicarem seus textos, de forma preventiva.

Recorrem à Justiça com esse objetivo sobretudo os políticos, que tentam se resguardar da opinião pública. Ordenam que algo não seja sequer publicado. Se for publicado, que seja removido. Se for removido, que não seja publicado novamente.

Isso viola frontalmente o artigo 5º da Constituição Federal. Nossa Carta Magna foi sábia. Para que o Brasil nunca mais vivesse a miséria da censura, criou em seu artigo 224 o Conselho de Comunicação Social (CCS), órgão auxiliar do Congresso Nacional. Ele tem a atribuição de assegurar que "a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição".

O conselho está atento à questão das violações à liberdade de expressão no país em todas as suas moda-

lidades. Já se manifestou por unanimidade em favor da liberdade de expressão quando analisou o grande número de ordens judiciais para remoção de conteúdos durante o período eleitoral.

Neste artigo, em caráter individual como presidente e vice-presidente do Conselho de Comunicação Social, manifestamos nossa preocupação e repudiamos o crescente número de ordens judiciais nesse sentido, como a que afetou a **Folha** e "O Globo".

Infelizmente, o Brasil vem destoando das regras de liberdade de expressão que são praticadas nos países democráticos. Desvia-se não só do modelo dos EUA, em que políticos e figuras públicas praticamente não têm direito de reparação contra ofensas, mas também dos vizinhos latino-americanos.

Países como Argentina, Costa Rica, El Salvador, México, Nicarágua e Uruguai ou nunca cercearam ou recentemente revogaram suas leis que permitiam a políticos recurso ao Judiciário para banir afirmações, mesmo que ofensivas, contra eles.

Além de violar a Constituição Federal, essa prática de cerceamento prévio viola também o artigo 13 da Convenção Americana de Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário. Isso abre espaço para que o país seja questionado no plano

internacional.

Um bom exemplo é o caso da Argentina. O país foi condenado em 2008 pela Corte Interamericana de Direitos Humanos ao punir o jornalista que expôs os agentes públicos responsáveis pelo massacre da igreja de São Patricio. Como resultado, a Argentina aprovou a "Lei Kimel", que limita a possibilidade de figuras públicas acionarem o Judiciário para cercear o que se diz sobre elas.

É claro que a liberdade de expressão não é absoluta. Precisa ser ponderada com outros direitos constitucionais, tais como a privacidade ou a proteção à dignidade humana.

No entanto, nossa Constituição foi clara ao adotar um regime de responsabilidade. Violações a direitos no exercício da liberdade de expressão devem ser punidas, mas posteriormente. Jamais por meio de censura prévia.

A ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal, já proferiu a frase que ficou notória: "Cala a boca já morreu". Espera-se que o Judiciário seja capaz de repeti-la em uníssono.

MIGUEL ÂNGELO CANÇADO é advogado e presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional

RONALDO LEMOS é professor de direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Columbia (EUA). É vice-presidente do Conselho de Comunicação Social e colunista da **Folha**

CONTINUA

18 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

SIM

Limitar liberdade de imprensa não é censura

ÁLVARO CHAGAS CASTELO BRANCO

Os recentes episódios envolvendo a divulgação dos dados do celular da primeira-dama, Marcela Temer, reacenderam a discussão sobre os limites da atuação do Poder Judiciário nos casos que envolvem, de um lado, o direito à intimidade e à vida privada, e, do outro, a liberdade de imprensa.

Não é a primeira vez que imagens e áudios íntimos de pessoas públicas são expostos ao público sem a devida autorização, sob o argumento do princípio constitucional da liberdade de imprensa.

A modelo Daniella Cicarelli, por exemplo, foi flagrada e gravada, sem autorização, fazendo sexo numa praia. O vídeo foi divulgado no YouTube. A atriz Carolina Dieckmann foi alvo de hackers que publicaram diversas fotos íntimas dela na internet.

Como em todos os casos que envolvem a colisão de direitos fundamentais, a questão não tem resposta pronta e apresenta bons argumentos e teses jurídicas, qualquer que seja o ponto de vista.

A imprensa exerce importante papel na sociedade democrática. É encarregada de informar sobre fatos relevantes do Brasil e do mundo, além de ser formadora de opiniões.

Invariavelmente, no entanto, os meios de comunicação invadem a vida privada e a intimidade das pessoas, causando danos irreparáveis.

Praticam verdadeiro abuso no exercício da liberdade de informação.

A nossa Constituição garante a livre manifestação do pensamento, veia o anonimato, garante a liberdade de expressão —incluídas atividades intelectuais, artísticas, científicas e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

Atualmente, há extrema facilidade em propagar informações, inclusive aquelas obtidas por meio de redes e aplicativos sociais, muitas vezes sem o consentimento do lesado ou qualquer tipo de autorização judicial.

Nesse ambiente dúbio, devemos questionar até que ponto é lícito à imprensa tornar pública a vida íntima das pessoas sob o pretexto de levar a informação aos diversos setores da sociedade. Vale frisar que a própria Constituição impõe limites à liberdade de imprensa.

Deve ficar bem claro, também, que as limitações do texto constitucional ao livre exercício do direito de informar não configuram censura —que em geral é prévia, de caráter político, ideológico ou artístico.

A suposta chantagem contra a primeira-dama é evento relevante, e suas repercussões transcendem a esfera da privacidade. No entanto, o conteúdo dos dados é, sim, material íntimo, e pode ser preservado.

Outro ponto que merece bastante destaque tem origem em famoso afo-

risimo jurídico: garantias constitucionais não se prestam para proteger atividades ilícitas ou criminosas.

Pelo que se sabe, a primeira-dama não foi alvo de uma interceptação telefônica legítima, tampouco teve seus dados repassados por algum de seus interlocutores, ou mesmo consentiu com a divulgação do conteúdo de suas conversas íntimas.

Foi vítima de uma sequência de atos criminosos que tiveram início no acesso indevido aos seus dados e culminou com a exigência de pagamento de quantia vultosa, sob pena de divulgação de conteúdo que eventualmente causaria constrangimentos não apenas a ela mas também a terceiros, o que justificaria, por si só, uma restrição ao acesso público e irrestrito do material.

Por tudo isso, a situação deve ser analisada com frieza e cautela, abstraídas as posições políticas e ideológicas, mas com a certeza de que, em várias situações, a preservação da intimidade das pessoas deve se sobrepôr ao interesse público.

Em que pesem sólidas e embasadas posições contrárias no recente episódio, é correta a atuação do Judiciário para proibir a divulgação de conteúdos privados de conversas da primeira-dama, sob o argumento da proteção à intimidade.

ÁLVARO CHAGAS CASTELO BRANCO, mestre em direito pela Washington University (EUA), é advogado da União e professor de direito penal e constitucional do Centro Universitário de Brasília

18 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

LEANDRO COLON

STF e o princípio republicano

BRASÍLIA - Além de um óbvio saldo positivo no combate à corrupção, os três anos de Operação Lava Jato, a serem completados em março, carregam o mérito de estimular o debate sobre a prerrogativa de foro no Supremo Tribunal Federal para deputados, senadores e ministros.

O fim da regra depende de emenda constitucional a ser aprovada pelo Congresso. Na escala de zero a dez, levando em conta que os parlamentares se beneficiam da lentidão de processos no STF, é zero a chance de uma reforma legislativa no sistema.

Os últimos movimentos de senadores revelam que, se alguém ali pensa em mudança, é para serventia dos pares. Na surdina, Romero Jucá coletou assinaturas para proposta que blinda os presidentes da Câmara e do Senado das garras do Supremo.

A solução está longe de ser simples. O ministro Luís Roberto Barroso, por exemplo, propõe que os ministros da corte discutam uma interpretação “restritiva” do foro privilegiado, limitando seu alcance a acusações por crimes cometidos durante e em razão do exercício do cargo.

Na hipótese de o Supremo avançar neste sentido, seriam inócuas manobras como a nomeação de Lula à Casa Civil e a de Moreira Franco para a Secretaria-Geral da Presidência. Antes de assumirem os cargos, foram citados em delações e, no caso de Lula, alvo de investigação da Lava Jato.

A ideia de Barroso não finda o foro, mas ajuda a desafogar os escaninhos e acelerar os demais processos. Veja o caso de Eduardo Cunha. Pode ser condenado em breve em primeira instância por crimes cometidos no período em que era deputado. Se não tivesse perdido o mandato, estaria sob a guarda do foro privilegiado no STF, provavelmente com as ações penais em marcha lenta.

O relator da Lava Jato, Edson Fachin, declarou na sexta (17) ser contra o modelo atual, considerado por ele “incompatível com o princípio republicano”. A questão, diz, é se o STF pode dar nova interpretação. A bola está com o plenário do tribunal.

18 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Procuradoria quer cassar os benefícios do 1º delator

Ministério Público diz que Paulo Roberto Costa e família mentiram à Lava Jato

Ex-diretor da Petrobras é acusado de mudar versão sobre ocultação de provas; revelações dele continuam valendo

MARIO CESAR CARVALHO
GABRIELA SÁ PESSOA
DE SÃO PAULO

Três meses depois de ser dispensado de usar tornozeleira eletrônica, o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa descobriu que pode acabar preso por até oito anos se o juiz Sergio Moro aceitar um pedido do Ministério Público Federal.

O procurador Deltan Dallagnol, coordenador das investigações da Lava Jato em Curitiba, pediu ao juiz para “desconsiderar” os benefícios que Costa e seus familiares ganharam por colaborar com as apurações, porque ele teria mentido em relação a valores que foram tirados do seu escritório por suas filhas. A informação foi revelada pelo site “BuzzFeed”.

É a primeira vez que procuradores pedem a suspensão de benefícios de um delator da Lava Jato. Outros delatores e empresas omitiram fatos, mas não tiveram seus benefícios questionados.

Caso o juiz aceite o pedido do procurador, os depoimentos de Costa continuam válidos. A lei brasileira que regulamentou a delação premiada, de 2013, prevê que, caso o delator perca os benefícios por mentir, tudo o que ele revelou pode continuar sendo usado em ações penais.

O ex-diretor, que ficou cinco meses preso em 2014, foi o primeiro delator da operação e revelou informações consideradas estratégicas para o sucesso da investigação.

Ele foi o primeiro a dizer que a propina paga por empresas contratadas pela Petrobras variava de 1% a 3% do valor do contrato. Também revelou que o suborno era repartido por partidos que indicavam diretores, como PT, PP e PMDB.

Costa se tornou diretor de Abastecimento em 2004, indicado pelo PP, um dos partidos da base do primeiro governo Lula. Ficou até 2012.

Ele cumpriu dois anos de prisão domiciliar no Rio de Janeiro e tirou sua tornozeleira em novembro do ano passado. Atualmente, sua única obrigação com a Justiça é prestar quatro horas semanais de serviços comunitários até novembro de 2019.

ESCONDE-ESCONDE

Os fatos que podem complicar o réu remetem ao primeiro dia da Lava Jato, em 2014. Dallagnol afirma que o executivo e seus familiares “impediram e embaraçaram” as investigações em 17 de março daquele ano, quando a operação foi desencadeada.

Enquanto a Polícia Federal fazia buscas na casa de Costa, na Barra da Tijuca, suas filha e um dos seus genros retiraram dinheiro em espécie e documentos que estavam na empresa do executivo.

Costa reconheceu depois que ele próprio orientara suas duas filhas, Arianna Costa e Shanni Costa, e o genro Marcio Lewkowicz, marido de Arianna, a ocultar provas.

O ex-diretor relatou no acordo de delação que entregou discretamente a Arianna as chaves de sua empresa para que ela buscasse lá R\$ 50 mil. Depois, disse que pediu US\$ 10 mil e R\$ 100 mil, além de duas planilhas.

O procurador afirma que a família mentiu “diversas vezes” em seus interrogatórios e elencou uma série de contradições nos depoimentos.

CONTINUA

18 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Outras supostas contradições envolvem as contas bancárias secretas das filhas do executivo. Primeiro, Shanni e Arianne disseram não ter contas no exterior. Depois, Shanni contou que, quando o pai saiu da Petrobras, pediu os passaportes dela, da irmã e dos maridos para abrir contas nas Ilhas Cayman, paraíso fiscal no Caribe.

Após o acordo de delação, Costa devolveu a R\$ 79 milhões que estavam em contas na Suíça e nas Ilhas Cayman. Perdeu outros R\$ 4,9 milhões em bens como um terreno no litoral do Rio, uma lancha e um jipe Land Rover Evoque.

Seu advogado, Cássio Quirino Norberto, disse à **Folha** não haver motivo romper o acordo com a Lava Jato: “Vamos explicar tudo nas alegações finais e confirmaremos o que consta do acordo de delação do Paulo. O acordo é híbrido e válido”.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

18 FEV 2017

AS CONTRADIÇÕES DE PAULO ROBERTO

As diferentes versões dos depoimentos do ex-diretor da Petrobras e família



OBSTRUÇÃO DE PROVAS

CONTRADIÇÕES

PAULO ROBERTO COSTA

(Em interrogatório)

Costa: Pedi para ela [Arianna] ir ao escritório **pegar alguma coisa entre R\$ 50 mil**. Ela pegou esse dinheiro, uma tabela e os relatórios de Beto. Não é o Alberto Youssef, é o Beto, meu genro.

Juiz: O senhor pediu para ela ir até lá para a polícia não encontrar esse documento e esse dinheiro, é isso?

Costa: Não lembrava desse documento, a única coisa que pedi foi para pegar o dinheiro



No acordo de delação premiada, o executivo conta que a filha voltou com o dinheiro (**US\$ 10 mil e R\$ 100 mil**), uma planilha de contratos e um relatório sobre comissões em corretagem

ARIANNA COSTA

(Em interrogatório)

Procurador: Houve alguma orientação dele?

Arianna: Não, **orientação nenhuma**, não sei se ele me ligou para falar que o pessoal estava indo com ele ao escritório

Em delação premiada, a filha disse acreditar que **Costa lhe pediu para retirar os documentos do escritório** porque já sabia que a PF estenderia o mandado de busca e apreensão para a empresa



CONTATOS

CONTRADIÇÕES

PAULO ROBERTO COSTA

Em interrogatório, Costa diz que **conversou só com Arianna no início da manhã**

Quebra de sigilo telefônico revelou que **Costa falou seis vezes com o genro**, Marcio Lewkovicz. Houve diversas ligações de Shanni para Arianna e Lewkovicz

SHANNI COSTA

(Em interrogatório)

Procurador: Algum dos senhores conversou com o Paulo Roberto no dia?

Shanni: Não recebi nenhuma ligação do meu pai, não falei com ele nenhuma vez. Eu **recebi uma única ligação da minha irmã**

Em acordo de delação, Shanni diz que, quando saiu do escritório, deixou o marido, Humberto, em uma padaria e **seguiu para a casa dos pais** para "ver o que estava acontecendo"



CONTAS NO EXTERIOR

CONTRADIÇÕES

SHANNI COSTA

(Em interrogatório)

Juiz: E essas contas do seu pai lá fora?

Shanni: Também não, não sabia.

Juiz: Pediu para a senhora assinar documentos para abrir conta fora?

Shanni: Não, não, no meu nome não

Em seu depoimento no acordo de delação premiada, ela disse que quando o pai saiu da Petrobras pediu os passaportes dela, da irmã e dos maridos das duas para abrir contas nas Ilhas Cayman

No interrogatório, o ex-diretor da Petrobras **negou a existência de contas mantidas por ele no exterior em nome de suas filhas**

ARIANNA (Em interrogatório)

Juiz: A senhora tinha conta no exterior?

Arianna: Assinei alguns papéis para o meu pai, **acho que tinha contas no exterior com minha assinatura**

18 FEB 2017

FOLHA DE S. PAULO

Justiça suspende bloqueio de receitas da Odebrecht

DE SÃO PAULO

A Justiça Federal do Paraná suspendeu a indisponibilidade de receitas da Odebrecht que havia sido decretada em 2016 em uma ação de improbidade administrativa contra o grupo.

A ordem, do juiz federal Friedmann Anderson Wendpap, atende a um pedido do Ministério Público Federal feito após a homologação de um acordo de leniência firmado com a empreiteira. A determinação do juiz foi expedida no dia 26 de janeiro.

Em novembro do ano passado, ele havia determinado que a Odebrecht Plantas Industriais, a Construtora Norberto Odebrecht e também a empreiteira OAS depositassem mensalmente em conta judicial 3% de sua receita total. Na ocasião, ele afirmou que fixou o percentual “por simetria àquele usado pelas rés para subornar”.

“Se para custear a imoralidade, 3% sobre o valor dos contratos não lhes tolhia a libido empresarial, idêntico percentual para restaurar a honra há de ser motivo de júbilo na purgação das condutas deletérias que privatizaram ilegítimamente os bens públicos”, escreveu o juiz, em 2016.

A ação de improbidade foi iniciada no ano passado e tem como rés outras empresas e suspeitos de formar um cartel em contratos da Petrobras. O objetivo da ação é obter ressarcimento aos cofres do Estado e garantir a proibição de novos contratos públicos e a suspensão de funções públicas dos envolvidos.

Os acordos de leniência, espécie de delação premiada para pessoas jurídicas, da Odebrecht e da Braskem (grupo petroquímico do grupo) foram firmados em dezembro passado, após uma negociação em conjunto da defesa do grupo com autoridades do Brasil, Estados Unidos e Suíça, que vão dividir os valores pagos.

18 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Sou crítico ao foro privilegiado, diz Fachin

Prática fere princípio republicano, afirma ele

DANIEL CARVALHO
DE BRASÍLIA

O relator das ações oriundas da Operação Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Edson Fachin, disse nesta sexta-feira (17) ser contra o foro privilegiado.

“Eu, já de muito tempo, tenho subscrito uma visão crítica do chamado foro privilegiado por entendê-lo incompatível com o princípio republicano, que é o programa normativo que está na base da Constituição brasileira”, disse Fachin após um evento no STF nesta manhã.

O ministro também afirmou que o Supremo precisará verificar se o debate sobre esta questão se dará na Corte ou no Congresso.

“A questão, todavia, que se coloca é saber se essa alteração pode ser feita por uma mudança de interpretação constitucional ou se ela demanda, da parte do Poder Legislativo, uma alteração própria do Poder Legislativo”.

O ministro Luís Roberto Barroso enviou na quarta (15) ao plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) um processo para discutir a redução do alcance da prerrogativa de foro de deputados, senadores e ministros, conforme revelado pela **Folha**.

Para Barroso, os demais ministros devem se manifestar sobre a possibilidade de restringir o foro a casos relacionados a acusações por crimes cometidos durante e em razão do exercício do cargo.

Na interpretação de Barroso, seria mantido o entendimento do STF de que um caso deve ser transferido a instâncias inferiores se o seu alvo perder o cargo que lhe dá o foro —é o caso das ações contra Eduardo Cunha (PMDB-RJ) na Lava Jato.

O documento de Barroso não faz relação com a recente nomeação de Moreira Franco como ministro do governo de Michel Temer.

No entanto, indiretamente, se a tese for levada adiante pelo Supremo, pode ter efeito na hipótese de abertura de investigações sobre fatos referentes a um período em que ele não tinha foro no STF.

A nomeação de Moreira, citado em delações da Lava Jato, foi contestada por partidos de oposição, mas uma liminar do ministro Celso de Mello na terça (14) confirmou a decisão de Temer.

18 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Fachin arquiva inquéritos sobre senadores Lindbergh e Collor

O senador alagoano ainda é alvo de outras cinco investigações

LETÍCIA CASADO
DE BRASÍLIA

O ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), arquivou inquérito contra o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) atendendo pedido feito pela PGR (Procuradoria-Geral da República).

O Ministério Público afirmou que as provas colhidas no inquérito não apresentam indícios de crimes cometidos pelo parlamentar. Em novembro de 2016 a PF pediu o arquivamento da investigação.

O inquérito havia sido aberto em março de 2015 para apurar se o senador cometeu crimes de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro. Em delação premiada, o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa disse que, em 2010, Lindbergh teria lhe pedido R\$ 2 milhões para sua campanha ao Senado.

Fachin também arquivou nesta sexta (17) um dos inquéritos contra o senador Fernando Collor (PTC-AL).

A investigação apurava se o parlamentar praticou os crimes de corrupção e lavagem de dinheiro na BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras, mas a Procuradoria afirmou haver ausência de elementos mínimos para justificar a abertura de uma ação penal.

O inquérito havia sido instaurado com base em declarações de Nestor Cerveró, ex-diretor de Internacional da Petrobras. A PGR se manifestou a favor do arquivamento do inquérito.

Collor é alvo de investigação em outros cinco inquéritos da Lava Jato no STF. Em um deles, já houve denúncia, que ainda não foi analisada pelo Supremo.

18 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Aos 3 anos, Lava Jato tem 21 presos, dos quais 7 não julgados

Empreiteiro Marcelo Odebrecht é o único delator que continua detido por ordem do juiz Sergio Moro

Maioria dos detidos já foi sentenciada pelo juiz; entre os que não foram condenados estão Palocci e Cunha

DE SÃO PAULO

Com a Operação Lava Jato prestes a completar três anos, 21 envolvidos permanecem presos no Rio ou Paraná, por ordem do juiz Sergio Moro.

Destes, 7 não foram julgados: o ex-governador do Rio Sérgio Cabral, seu ex-secretário Wilson Cordeiro, o ex-ministro Antonio Palocci, o ex-deputado Eduardo Cunha e os empresários Carlos Miranda, Flávio Macedo e Eduardo Meira. Os outros 14 têm algum tipo de condenação.

Entre os 21, há um delator, o empreiteiro Marcelo Odebrecht. Os demais delatores já foram libertados.

Os outros executivos da Odebrecht, que firmaram acordo de colaboração, já deixaram a cadeia —os últimos foram Olívio Rodrigues e Luiz Eduardo da Rocha, em dezembro.

Um dos principais delatores da Lava Jato, o doleiro Alberto Youssef, que firmou acordo ainda em 2014, obteve o direito de permanecer em

prisão domiciliar em novembro passado.

Na lista dos presos remanescentes no Paraná estão figuras de grande peso na política nacional. Além de Palocci e Cunha, lá está o ex-ministro José Dirceu.

O ex-deputado Pedro Corrêa (PP-PE) ainda aguarda a homologação de seu acordo de delação pela Justiça e espera deixar a cadeia.

Segundo o Ministério Público Federal e a Justiça Federal, a prisão que se estende há mais tempo é a de René Luiz Pereira, detido ainda na primeira fase, em 2014.

O caso já foi julgado na segunda instância, assim como os do empreiteiro Léo Pinheiro, da OAS, e do ex-deputado federal Luiz Argôlo.

Em segundo lugar, está o ex-diretor da Petrobras Renato Duque, que vai completar dois anos seguidos na prisão no próximo mês. Antes, em 2014, ele já havia ficado três semanas detido.

CONDENAÇÕES

Duque é também quem recebeu penas mais altas de cadeia até o momento entre os presos. Ele já foi condenado em três ações penais em penas que somam 51 anos. O ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto também já tem três

condenações.

A maioria dos detidos são ex-agentes públicos suspeitos de receber propina, como ex-congressistas. Há ainda acusados de operar os pagamentos, como Adir Assad, já condenado por Sergio Moro a quase dez anos de prisão.

Na semana passada, o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes disse que a corte tem um “encontro marcado com as alongadas prisões que se determinam em Curitiba”. “Temos que nos posicionar sobre este tema que conflita com a jurisprudência que desenvolvemos”, afirmou.

Advogados de suspeitos vêm criticando as ordens de prisão expedidas por Moro desde as primeiras fases da investigação, em 2014.

Os procuradores da Lava Jato sustentam que a quantidade de prisões remanescentes, diante do número de 260 suspeitos já denunciados na operação, mostra que os decretos de detenção são “excepcionais”. Para a força-tarefa, as prisões impedem que crimes voltem a ser cometidos e “protegem a sociedade ao longo do processo”.

Moro costuma citar como argumento para prisões o risco à ordem pública ou possível prejuízo às investigações.

CONTINUA

18 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

OS PRESOS POR MORO

Quem ainda está detido na Lava Jato

Já tinha sido preso antes

Quem é	Quando foi preso	Acusação
Adir Assad	19.ago.2016 <input checked="" type="checkbox"/>	Operar propinas em obras da Petrobras
André Vargas	10.abr.2015	Receber propina em contratos de publicidade
Antonio Palocci	26.set.2016	Receber propina da Odebrecht
Carlos Emanuel Miranda	17.nov.2016	Receber propina em contratos da Petrobras
Eduardo Cunha	19.out.2016	Receber propina em contratos da Petrobras
Eduardo Aparecido Meira	24.mai.2016	Operar propinas em contratos da Petrobras
Flávio Macedo	24.mai.2016	Operar propinas em contratos da Petrobras
Gim Argello	12.abr.2016	Cobrar propina de empreiteiras
João Cláudio Genu	23.mai.2016	Receber propina em contratos da Petrobras
João Vaccari Neto	15.abr.2015	Operar propinas em obras da Petrobras
Jorge Zelada	02.jul.2015	Receber propina em contratos da Petrobras
João Augusto Henriques	21.set.2015	Operar propinas em obras da Petrobras
José Dirceu	03.ago.2015	Receber propina em contratos da Petrobras
Leo Pinheiro	05.set.2016 <input checked="" type="checkbox"/>	Pagar propina em contratos da Petrobras
Luiz Argôlo	10.abr.2015	Receber propina em contratos da Petrobras
Marcelo Odebrecht	19.jun.2015	Pagar propina em contratos da Petrobras
Pedro Corrêa	10.abr.2015	Receber propina em contratos da Petrobras
Renato Duque	16.mar.2015 <input checked="" type="checkbox"/>	Receber propina em contratos da Petrobras
Renê Luiz Pereira	17.mar.2014	Tráfico de drogas e lavagem de dinheiro
Sérgio Cabral	17.nov.2016	Receber propina em contratos da Petrobras
Wilson Carlos Cordeiro	17.nov.2016	Receber propina em contratos da Petrobras

Ações

Foi condenado

É réu

Tempo de condenação

<input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 9 anos e 10 meses
<input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> 3	<input checked="" type="checkbox"/> 14 anos e 4 meses
<input type="radio"/> <input type="radio"/> 2	Réu desde novembro
<input type="radio"/> 1	Réu desde dezembro
<input type="radio"/> 1	Réu desde março
<input type="radio"/> 1	Réu desde junho
<input type="radio"/> 1	Réu desde junho
<input checked="" type="radio"/> 1	<input checked="" type="checkbox"/> 19 anos
<input checked="" type="radio"/> 1	<input checked="" type="checkbox"/> 8 anos e 8 meses
<input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> 3	<input checked="" type="checkbox"/> 32 anos
<input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 12 anos e 2 meses
<input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 6 anos e 8 meses
<input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/> 2	<input checked="" type="checkbox"/> 20 anos e 10 meses
<input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> 6	<input checked="" type="checkbox"/> 24 anos e 6 meses
<input checked="" type="radio"/> 1	<input checked="" type="checkbox"/> 11 anos e 11 meses
<input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> 5	<input checked="" type="checkbox"/> 19 anos e 4 meses
<input checked="" type="radio"/> 1	<input checked="" type="checkbox"/> 20 anos e 7 meses
<input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input checked="" type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> 12	<input checked="" type="checkbox"/> 51 anos
<input checked="" type="radio"/> 1	<input checked="" type="checkbox"/> 14 anos
<input type="radio"/> 1	Réu desde dezembro
<input type="radio"/> 1	Réu desde dezembro

Justiça do DF suspende censura a "O Globo"

Jornal foi alvo de ação de Marcela Temer

O desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal Arnaldo Camanho de Assis suspendeu nesta sexta (17) liminar que proibia o jornal "O Globo" de publicar informações sobre chantagem de um hacker contra a primeira-dama, Marcela Temer.

Na quarta (15), o magistrado proferiu decisão com o mesmo efeito em favor da Folha, também alvo da ação de Marcela para impedir a veiculação das informações.

Em abril de 2016, Silvonei de Jesus Souza, que depois foi condenado por extorsão e estelionato, pediu R\$ 300 mil para não divulgar um áudio de WhatsApp entre Marcela e o irmão dela, Karlo Augusto.

No áudio, segundo Souza, Marcela dizia que Temer tinha "um marqueteiro que fazia a parte baixo nível". O hacker afirmava também que a divulgação poderia jogar o nome do presidente "na lama".

A proibição foi determinada na sexta (10) pelo juiz Hilmar Raposo Filho, de Brasília. Segundo ele, a liminar era necessária para assegurar a inviolabilidade da intimidade da primeira-dama.

Para o desembargador que aceitou o recurso, "não há qualquer notícia, nas razões do recurso, de que a atividade jornalística da parte agravante ["O Globo"] seja pautada por uma linha editorial irresponsável ou abusiva, potencialmente violadora da intimidade de alguém, muito menos da autora-agravada [Marcela] ou de seu marido".

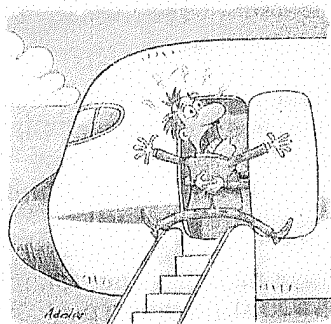
Segundo o diretor de Redação de "O Globo", Ascânio Seleme, "felizmente a Justiça não permitiu que a censura prosperasse".

18 FEV 2017

PAINEL

Meu Brasil Segundo Carlos Velloso, Aécio Neves tentou convencê-lo a aceitar o Ministério da Justiça. "Pense no Brasil", afirmou o senador, segundo o ex-futuro-ministro. Velloso disse à coluna estar com "o coração partido".

Alma do negócio O Planalto se enfureceu com o desfecho do caso. Acha que Velloso se aproveitou do convite e da relação para se promover.



Teco-teco Desde a morte de Teori Zavascki, algumas autoridades passaram a recusar o modelo mais simples dos aviões da FAB disponíveis para deslocamentos oficiais.

Mais um O promotor José Carlos Bonilha recorreu de decisão da Justiça que considerou improcedentes as ações contra Geraldo Alckmin, o prefeito João Dória e seu vice, Bruno Covas, por abuso de poder político.

Em frente A Procuradoria Eleitoral em São Paulo decidiu pedir ao TRE a condenação dos tucanos com base na nomeação de Ricardo Salles para a Secretaria estadual de Meio Ambiente. A pena máxima pode ser a cassação da chapa Dória-Covas e a inelegibilidade de Alckmin.

Letra da lei O procurador Luiz Carlos dos Santos Gonçalves diz que houve desvio de finalidade, "uma vez que Salles foi alocado no governo Alckmin em troca do apoio do PP à candidatura de Dória".

PAINEL DO LEITOR

Supremo

Carmen Lúcia manteve o sigilo das delações, Celso de Mello manteve o "angorá" no ministério, Fux aumentou irresponsavelmente gastos estatais, Toffoli, Lewandovski e Gilmar, todo mundo já conhece. Marco Aurélio Mello é imprevisível. Sobre quem? Rosa Weber, Fachin e Barroso. Esse STF é uma lástima.

EDUARDO DE OLIVEIRA CAVALCANTI (Campo Grande, MS)

18 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Velloso recusa Justiça e reabre disputa

Ex-ministro do STF alegou questões éticas para negar convite de Temer; seu escritório atua em mais de 50 ações

Presidente voltou a cogitar nomes apoiados por parlamentares; vice-procurador da República é cotado

Após o ex-ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Carlos Velloso recusar o convite para assumir o Ministério da Justiça, o presidente Michel Temer decidiu que só vai escolher o substituto de Alexandre de Moraes na pasta depois de sua sabatina no Senado, na terça (21).

À **Folha** Carlos Velloso afirmou nesta sexta-feira (17) que não aceitou o cargo por uma questão ética. "Tenho compromissos a honrar e consultei a todos, mas não pude deixá-los", disse.

Os compromissos a que o ex-ministro do Supremo se refere são contratos com cláusulas de exclusividade de seu escritório de advocacia, que atua em mais de 50 ações em tribunais pelo país.

"São contratos que tenho que manter. A menos que o contratante estivesse disposto a aceitar a minha saída. Não foi o caso", completou.

Auxiliares que estiveram com Temer em São Paulo nesta sexta afirmam que o presidente já estava preparado para a escolha de outro nome para a Justiça desde a noite de quinta (16), quando conversou com Velloso por telefone sobre os empecilhos para que ele assumisse o cargo.

No entanto, Temer avaliou que seria "deselegante" sondar ou convidar outra pessoa enquanto Velloso não se posicionasse oficialmente e deu ao ex-ministro até o fim da tarde desta sexta para que ele respondesse. Os dois se falaram por telefone, e o advogado deu então sua negativa definitiva ao presidente.

Temer viajou a São Paulo na noite de quinta para se reunir com aliados e conselheiros e retornará a Brasília no fim de semana para retomar as conversas sobre o novo titular do Ministério da Justiça.

Segundo auxiliares, a recusa de Velloso obrigou o presidente a voltar sua escolha novamente às sugestões de parlamentares, na tentativa de prestigiar a base do governo no Congresso.

NOMES

O deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), por exemplo, que já fez críticas à atuação do Ministério Público, voltou a ser lembrado pela bancada do PMDB mineiro.

O argumento é que ele preenche requisitos técnicos para o cargo e que as críticas ao MP foram proferidas na sua condição de advogado, dentro de um contexto.

Outros parlamentares, por sua vez, afirmam que o nome do vice-procurador-geral da República, José Bonifácio de Andrada, seria a melhor escolha neste momento.

Um terceiro grupo passou a ventilar o nome de Cesar Asfor Rocha, ex-ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça). Aliados de Temer garantem que o presidente vai manter a "competência técnica e jurídica" ao escolher o novo ministro e, caso ele seja um parlamentar, não entrará no critério de cota para partidos.

OFICIAL

Em nota divulgada nesta sexta, Velloso disse que não poderia "contribuir com o país neste momento tão delicado" por "compromissos de natureza profissional e, sobretudo, éticos".

Além disso, os filhos de Velloso, dois deles advogados, não o queriam no comando da Justiça.

"Continuarei à disposição do presidente Temer, amigo de cerca de 40 anos, para auxiliá-lo de outra forma."

Segundo a **Folha** apurou, após a recusa de Velloso, o presidente descartou o nome do ex-secretário de Segurança Pública do Rio José Beltrame para comandar a Secretaria Nacional de Segurança.

Temer sondou o advogado Antonio Mariz para o cargo. Nesse cenário, o presidente optaria por dividir o Ministério da Justiça e Segurança Pública e, assim, contemplar dois perfis diferentes. (DANIEL CARVALHO, CAMILA MATTOSO, MARINA DIAS E DANIELA LIMA)

18 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Evento vira briga entre ministro e plateia

Cerimônia teve ordem invertida para que Roberto Freire falasse após Raduan Nassar, crítico notório do governo Temer

Exaltado, ministro sugeriu que escritor não aceitasse o prêmio, dado pelos governos do Brasil e de Portugal

MAURÍCIO MEIRELES
DE SÃO PAULO

Quando Raduan Nassar chegou ao Museu Lasar Segall, na manhã desta sexta (17), para receber o Prêmio Camões, maior honraria da literatura em língua portuguesa, ganhou um abraço de Luiz Schwarcz: “Raduan, chegou o dia! Vai passar rápido!”.

Mas devem ter sido longos minutos para Raduan.

Possivelmente prevendo que o autor de “Lavoura Arcaica” faria um contundente discurso contra o governo, o Ministério da Cultura inverteu a ordem tradicional da cerimônia. Em vez de falar por último, Raduan foi o primeiro.

Isso permitiu que o ministro Roberto Freire tivesse a última palavra na cerimônia, causando constrangimento com uma resposta agressiva a Raduan, que havia acusado o governo de golpista.

O ministro sugeriu que o escritor não deveria aceitar o prêmio, no valor de 100 mil euros (cerca de R\$ 330 mil). Freire nega que o ritual do evento tenha sido invertido.

“É um adversário recebendo um prêmio de um governo que ele considera ilegítimo”, disse Freire, debaixo de vaias e gritos de “Fora, Temer” da plateia. “Quem dá

prêmio a adversário político não é a ditadura!”, reagiu.

O clima era tenso. Enquanto Freire falava de improviso, deixando de lado o discurso que havia preparado, a plateia o interrompia com protestos. O poeta e professor da USP Augusto Massi dizia ao ministro: “Acho que você não está à altura do evento!”.

“Permitimos que o agraciado dissesse o que quisesse e imaginasse”, rebateu Freire, qualificando o protesto de Raduan como “histrionico”.

“Lamentavelmente, o Brasil assiste hoje a pessoas da nossa geração, que podiam dar testemunhos da sua experiência, que viveram um golpe verdadeiro, dando o inverso de todo esse testemunho”, falou o ministro.

Massi lembrou que a obra de Raduan é política. Em um dos ensaios mais importantes sobre a obra do premiado, a crítica Leyla Perrone-Moisés o filia ao que chama de uma “literatura de revolta” e mostra sua relação com o momento da ditadura militar.

A filósofa Marilena Chaui, também presente, gritou “O silêncio é precioso” e ouviu do ministro que ela estava dizendo aquilo por ser “de classe média” —em referência à ocasião, em 2013, em que a intelectual bradou que odiava a classe média.

O Camões, instituído em 1988 em acordo entre Brasil e Portugal, foi concedido a Raduan 17 dias após Dilma ser afastada pela abertura do processo de impeachment foi aberto, em maio passado.

IMPOSSÍVEL CALAR

O crítico discurso do escritor, de apenas duas páginas, concluía-se com as frases: “O golpe estava consumado. Não há como ficar calado”.

O primeiro criticado foi o ex-ministro da Justiça Alexandre de Moraes. Raduan acusou-o de responsável pela invasão de escolas ocupadas, pela prisão de Guilherme Boulos e pela “violência contra a oposição democrática” que se manifesta nas ruas.

“Esta figura exótica agora é indicada ao Supremo Tribunal Federal”, disse. “Esses fatos configuram por extensão todo um governo repressor. Governo atrelado ao neoliberalismo com sua escandalosa concentração de riqueza.”

“Mesmo de exceção, o governo que está aí foi posto, e continua amparado pelo Ministério Público e, de resto, pelo Supremo Tribunal Federal”, afirmou o autor, criticando ainda a decisão do STF que permitiu a Moreira Franco, citado na Lava Jato, ganhar status de ministro e consequente foro privilegiado.

“Em sua decisão, o ministro [Celso de Mello] acrescentou um elogio superlativo a Gilmar Mendes por ter barrado Lula para a Casa Civil. Dois pesos e duas medidas.”

Raduan ainda elogiou a ex-presidente Dilma Rousseff, a quem chamou de íntegra.

CONTINUA

18 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

REAÇÕES

Também presente ao evento, a presidente da Biblioteca Nacional, Helena Severo, dizia ao embaixador de Portugal, Jorge Cabral, ter “sentido vergonha como brasileira” pela situação. “Acho que não era um momento de luta política, era a entrega de um prêmio literário”.

Na saída, o ministro ainda discutiu com pessoas da plateia. Massi diz ter sido chamado de “idiota” por Freire.

“Eu não o ofendi, tentei lembrar que o momento era do Raduan. Acho estranho que um político com a história dele marque uma pessoa depois do debate e vá chamar de idiota. Eu não fui ofensivo quando me manifestei”.

Pessoas do ministério dizem que Freire costuma reagir mal quando é chamado de golpista e esta foi a primeira ocasião em que se viu contestado por tanta gente.

APARELHAMENTO

Após a cerimônia, o Ministério da Cultura divulgou um comunicado oficial lamentando “mais uma vez, a prática do Partido dos Trabalhadores em aparelhar órgãos públicos e organizar ataques para tentar desestabilizar o processo democrático”.

“Durante a cerimônia de entrega do Prêmio Camões de Literatura, em São Paulo, o ministro da Cultura, Roberto Freire, teve sua fala interrompida por manifestantes partidários, sinal de desrespeito à premiação oficial dos governos de Brasil e Portugal.”

“O agraciado foi respeitado por todos durante sua fala, ao contrário do que ocorreu com o ministro da Cultura, interrompido de forma agressiva”, seguia a nota.

“Apesar de ser um adversário político do governo, Raduan recebeu o prêmio, legitimando sua importância”, observava ainda o texto, que assim se concluía:

“Uma premiação literária com essa dimensão não merecia esse comportamento intolerante de alguns, que tentaram partidarizar o evento”.

18 FEV 2017

CARTA CAPITAL

O anátema de Raduan

DISCURSO O grande escritor denuncia a prepotência e a desfaçatez dos golpistas ao receber o Prêmio Camões

Vencedor do Prêmio Camões de 2016, honraria concedida pelos governos de Portugal e Brasil e um dos maiores reconhecimentos da literatura em língua portuguesa, o escritor Raduan Nassar pronunciou o seguinte discurso na festa de premiação, ocorrida em São Paulo na manhã da sexta-feira 17.

Excelentíssimo Senhor Embaixador de Portugal, Dr. Jorge Cabral.

Senhor Dr. Roberto Freire, Ministro da Cultura do governo em exercício.

Senhora Helena Severo, Presidente da Fundação Biblioteca Nacional.

Professor Jorge Schwartz, Diretor do Museu Lasar Segall.

Saudações a todos os convidados.

Tive dificuldade para entender o Prêmio Camões, ainda que concedido pelo voto unânime do júri. De todo modo, uma honraria a um brasileiro ter sido contemplado no berço de nossa língua.

Estive em Portugal em 1976, fascinado pelo país, resplandecente desde a Revolução dos Cravos no ano anterior. Além de amigos portugueses, fui sempre carinhosamente acolhido pela imprensa, escritores e meios acadêmicos lusitanos.

Portanto, Sr. Embaixador, muito obrigado a Portugal.

Infelizmente, nada é tão azul no nosso Brasil.

Vivemos tempos sombrios, muito

sombrios: invasão na sede do Partido dos Trabalhadores em São Paulo; invasão na Escola Nacional Florestan Fernandes; invasão nas escolas de ensino médio em muitos estados; a prisão de Guilherme Boulos, membro da Coordenação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto; violência contra a oposição democrática ao manifestar-se na rua. Episódios todos perpetrados por Alexandre de Moraes.

Com curriculum mais amplo de truculência, Moraes propiciou também, por omissão, as tragédias nos presídios de Manaus e Roraima. Prima inclusive por uma incontinência verbal assustadora, de um partidarismo exacerbado, há vídeo, atestando a virulência da sua fala. E é esta figura exótica a indicada agora para o Supremo Tribunal Federal.

Os fatos mencionados configuram por extensão todo um governo repressor: contra o trabalhador, contra aposentadorias criteriosas, contra universidades federais de ensino gratuito,

“Mesmo de exceção, o governo que está aí foi posto, e continua amparado pelo Ministério Público”

contra a diplomacia ativa e altiva de Celso Amorim. Governo atrelado por sinal ao neoliberalismo com sua escandalosa concentração da riqueza, o que vem desgraçando os pobres do mundo inteiro.

Mesmo de exceção, o governo que está aí foi posto, e continua amparado pelo Ministério Público e, de resto, pelo Supremo Tribunal Federal.

Prova da sustentação do governo em exercício aconteceu há três dias, quando o ministro Celso de Mello, com suas intervenções enfadonhas, acolheu o pleito de Moreira Franco. Citado 34 vezes numa única delação, o ministro Celso de Mello garantiu, com foro privilegiado, a blindagem ao alcunhado “Angorá”. E acrescentou um elogio superlativo a um de seus pares, o ministro Gilmar Mendes, por ter barrado Lula para a Casa Civil, no governo Dilma. Dois pesos e duas medidas.

É esse o Supremo que temos, ressalvadas poucas exceções. Coerente com seu passado à época do regime militar, o mesmo Supremo propiciou a reversão da nossa democracia: não impediu que Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados e réu na Corte, instaurasse o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Íntegra, eleita pelo voto popular, Dilma foi afastada definitivamente no Senado.

O golpe estava consumado!

Não há como ficar calado.

Obrigado

GAZETA DO POVO

A tarifa do ônibus na Justiça

A tarifa de R\$ 4,25 do transporte coletivo de Curitiba, valor definido antes mesmo de se bater o martelo sobre a tarifa técnica, agora se sustenta em uma decisão liminar do desembargador Leonel Cunha, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Na última segunda-feira, dia 13, o conselheiro Ivan Bonilha, do Tribunal de Contas do Estado (TCE), havia determinado que a passagem voltasse aos R\$ 3,70, em medida cautelar — a decisão foi confirmada pelo plenário do TCE na quinta-feira, dia 16, mas no mesmo dia veio a liminar do TJ-PR, que passa a prevalecer.

A própria competência do TCE para suspender atos administrativos do poder público é controversa. Sem previsão nem vedação expressa para tal na Constituição, deveria vigorar o princípio do Direito Administrativo segundo o qual só se permite ao agente público o que está expressamente permitido em lei. Mas, diante da omissão de

vários Legislativos em dar sequência às recomendações dos TCs, as cortes de contas vinham agindo por conta própria já havia muitos anos sem que essa atuação fosse contestada. No entanto, a cautelar de Bonilha continha pelo menos um equívoco: foi emitida sem que a prefeitura tivesse sido ouvida. Com isso, ocorreu uma “decisão surpresa” proibida pelo Código de Processo Civil — o que não escapou ao desembargador Cunha. De qualquer modo, ao julgar o Recurso Extraordinário 848826, em agosto do ano passado, o pleno do STF decidiu que o órgão competente para julgar contas de prefeitos é a Câmara Municipal, e não o Tribunal de Contas, dando margem a um entendimento pelo qual o TCE não poderia suspender o reajuste da passagem.

Questões processuais à parte, o que está no centro da briga pelo preço da tarifa é o fato de ela ter sido rea-

**Ajudicialização
acrescenta
indecisão, pois a
tarifa técnica
ainda não foi
definida**

18 FEV 2017

19 FEV 2017

justada antes da definição sobre o valor da tarifa técnica, o que ocorrerá ainda neste mês, e a falta de transparência e diálogo com a sociedade a respeito do novo valor da passagem. Ainda que, ao acionar o TJ, a prefeitura tenha alegado que o aumento foi precedido de um processo administrativo público, fica evidente que a discussão poderia ter sido conduzida de outras formas. Preocupam os termos com os quais o presidente da Urbs, José Antônio Andreghetto, descartou a necessidade de audiências públicas, em entrevista à **Gazeta do Povo**: “Estamos aqui para gerenciar, não pa-

ra ficar brincando e fazendo demagogia”. Ora, ir a público argumentar pela eventual necessidade de reajuste e explicar, em termos que o cidadão possa entender, “para onde vai cada centavo da sua tarifa” (nas palavras do presidente da Urbs) não é brincadeira, nem demagogia; pode não ser uma exigência legal, condição *sine qua non* para o aumento, mas é o que se espera de um bom gestor, especialmente em um caso como esse, que afeta praticamente toda a coletividade. Mas a Urbs não tinha nem sequer a avaliação sobre a necessidade de detalhar os custos do transporte para o curitibano, tendo feito isso pelas mídias sociais apenas dez dias depois do aumento.

A prefeitura não escolheu o melhor caminho ao fazer o curitibano pagar R\$ 4,25 sem saber qual será a nova tarifa técnica — que ainda sofrerá o impacto das negociações salariais entre empresas e funcionários e, dependendo desse resultado, pode até superar esse valor — e ao desprezar mecanismos de informação à sociedade em assunto tão sensível como é o transporte público. A essa indecisão, soma-se o fato de o assunto ter sido judicializado. Como já afirmamos, alguém há de pagar a conta do transporte — os passageiros ou todos os curitibanos, caso seja necessário subsidiar o sistema. Mas quem for arcar com os gastos precisa saber com clareza o que está pagando.

Hipocrisia

O ministro Celso de Mello tem razão. O ministério dado pelo Temer ao Moreira Franco em nada se parece com o cargo que a Dilma queria dar ao Lula. A principal diferença é que o Temer inventou um ministério exclusivamente para acolher o amigo. Alvejou duas coisas com um decreto só: a ética e a austeridade propagada pelo seu governo. O codinome do Moreira Franco na Polícia Federal é "Angorá", e Temer o tratou com o carinho que só um bicho de muita estimação merece. O que não deixou de ser bonito, como qualquer manifestação de amizade.

Na sua sentença, o ministro Celso de Mello disse que o foro privilegiado apresentado ao Moreira Franco não impede que ele sofra processos. Esqueceu de mencionar que o foro privilegiado beneficia os investigados com a protelação dos processos, o que na maioria dos casos julgados pelo Supremo resulta em prescrição ou repasses a instâncias inferiores, ou o desaparecimento. Matéria publicada n' *O Globo* sobre o assunto, há dias, mostra que a condenação de julgados com foro especial ocorre em apenas 0,74% dos casos. Menos de 1%! Não se acuse o respeitável ministro Celso de Mello de hipocrisia. Hipócrito é o sistema que permitiu que se chegasse a essa deformação.

Minha anedota favorita: Há anos fez muito sucesso um bolero chamado *Hipócrito*. Um bêbado entra numa boate onde se apresenta um cantor. A plateia pede insistentemente que o cantor cante o bolero da moda, gritando "*Hipócrito!*", "*Hipócrito!*", "*Hipócrito!*". O bêbado salta da sua cadeira e também começa a gritar "*Filho da mãe!*", "*Cretino!*". Está bem, a anedota não é tão boa assim. Eu só queria dizer que, quando se começa a chamar até um sistema judiciário de

hipócrito, outros epítetos virão. Vivemos hoje, no Brasil, à beira de um cinismo terminal, que aumenta cada vez que um Jucá, um Padilha, um Eunício Oliveira, um Rodrigo Maia, um etc. abre a boca. A desmoralização da classe política no Brasil levará algumas gerações para ser sanada, no futuro.

Mas talvez nosso futuro não seja o desejado. Jair Bolsonaro vem aí. Ele foi o segundo colocado, depois do Lula, numa pesquisa recente sobre intenção de voto em 2018. Bolsonaro presidente? Impensável, claro. Como a eleição de Trump nos Estados Unidos. Que você viva em tempos interessantes, e o que os chineses desejam ao pior inimigo.

PAIXÃO



O IMPÉRIO DE BRASÍLIA CONTRA-ATAÇA

Políticos deflagraram uma investida contra a Lava Jato no fim do ano passado, mas a reação da opinião pública freou a ofensiva. Agora, eles deram início a um contra-ataque à operação

| *Fernando Martins*

● Há não muito tempo, numa capital não muito distante... Era um período crítico para a Lava Jato. A força-tarefa havia tido uma enorme baixa: suas Dez Medidas de Combate à Corrupção haviam sido destroçadas pela Câmara. E o Congresso avançava em outro flanco ao discutir a anistia ao caixa 2 eleitoral e um projeto para endurecer penas para abuso de autoridade cometidos por juízes e procuradores — duas propostas vistas pelos investigadores como tentativas de destruir definitivamente a operação. Mas a rápida reação contrária da opinião pública fez os políticos de Brasília recuarem, com a promessa de engavetar os projetos.

Tudo isso ocorreu em novembro. Mas as forças políticas de Brasília usaram as férias de verão para se reorganizar. E iniciaram o que, para muitos, é um contra-ataque à Lava Jato. “É o medo do fim do mundo”, ironiza o cientista político David Fleischer, professor da Universidade de Brasília, em referência às colaborações premiadas de 77 diretores e ex-executivos da

empreiteira Odebrecht — conhecidas como “delações do fim do mundo”. “Sem dúvida alguma os políticos estão numa tentativa desesperada de uma última cartada para o que está chegando”, afirma o cientista político Geraldo Tadeu Monteiro, professor da Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro.

A expectativa é de que os depoimentos da cúpula da Odebrecht se tornem públicas em breve e caiam como uma bomba atômica sobre Brasília. Estima-se que de 100 a 120 políticos de muitos partidos apareçam nas delações. Diante disso, há vários indícios de que a classe política parece ter se apegado à velha máxima de que a melhor defesa é o ataque.

Postos-chave

A ocupação de postos-chave no front foi o primeiro movimento. Dois citados nos trechos das delações que já se tornaram públicos — o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) e o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) — foram eleitos presidentes da Câmara e do Senado, respectivamente. O comando da Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) foi parar nas mãos de Edison Lobão (PMDB-MA) — outro que apareceu nos depoimentos e que tem um filho investigado na nova fase da Lava Jato, deflagrada na quinta-feira (16).

A CCJ — que tem 20% de seus integrantes citados no petrolão — é a principal comissão do Senado. Avalia a constitucionalidade e legalidade das propostas em tramitação. Todos os projetos, antes de ir a plenário, têm de passar por ali. Qualquer tentativa de aprovar uma lei para frear a investigação, em te-

se, pode ser enterrada na CCJ.

Mas Lobão já indicou que essa não será sua posição. “Eu quero dizer que é constitucional a figura da anistia [ao caixa 2 eleitoral], qualquer que ela seja”, disse o senador em entrevista recente.

Caixa 2 e abuso de autoridade

O projeto da anistia ao caixa 2, que havia sido engavetado no fim do ano passado, ressurgiu forte nas conversas dos parlamentares. É visto como uma tentativa de “salvar” os políticos porque, ao perdoar crimes eleitorais cometidos no passado, muitos deles não poderiam ser processados — o argumento seria de que receberam dinheiro ilegal da Odebrecht para financiar campanhas eleitorais.

Já Rodrigo Maia, que tem o poder de colocar ou não projetos em votação no plenário da Câmara, mal havia sido reeleito presidente da Casa e disse que outro projeto visto como contrário à Lava Jato será apreciado. “Eu vou pautar o tema do abuso de autoridade”, disse. Ainda não há previsão de quando a proposta irá à votação.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

"CONQUISTA"

Supremo e Ministério da Justiça viram territórios estratégicos

● A batalha da Lava Jato também ocorre em dois territórios estratégicos para o futuro da operação: o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Ministério da Justiça. Indicado pelo presidente Michel Temer para a vaga de Teori Zavascki no STF, Alexandre de Moraes defendeu publicamente a operação em diversas ocasiões como ministro da Justiça. Mas ele tem perfil oposto ao de Teori num ponto que agrada a classe política envolvida nas investigações: é aberto ao diálogo. Parte dos investigados vê em Moraes a possibilidade de ter um interlocutor no STF – o que não ocorria com o "fechado" Teori, que era relator da Lava Jato na Corte. Ainda mais porque Moraes, se tiver a indicação confirmada pelo Senado, será o revisor desses processos no Supremo. Moraes é ministro licenciado da Justiça e até recentemente era filiado ao PSDB, partido com vários figurões citados nas investigações da Lava Jato.

A chefia da PF

A cadeira do Ministério da Justiça, por sua vez, é outra peça importante no tabuleiro da Lava Jato. O ministro é o chefe da Polícia Federal. O nome mais cotado para assumir a pasta em substituição a Moraes tinha um perfil técnico, mas que garantiria um bom relacionamento com o Supremo: o ex-ministro do STF Carlos Velloso. Mas ele recusou oficialmente o convite de Temer na sexta-feira (17).

CONTINUA

DINHEIROS DOS POLÍTICOS

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (15) um novo projeto de repatriação de dinheiro ilegal mantido no exterior por brasileiros com uma brecha, incluída no Senado, que permitia a legalização de recursos de parentes de políticos – o que foi proibido no primeiro projeto para evitar que verba de corrupção e de caixa 2 voltasse ao país de forma legal. Embora a inclusão dos familiares fosse defendida por vários partidos, a repercussão negativa levou o plenário a aprovar no mesmo dia uma emenda proibindo a repatriação para parentes de políticos. O texto agora volta ao Senado. E já há senadores que querem tirar a emenda do projeto para voltar a incluir os familiares de políticos dentre os beneficiários.

MEDO DE CUNHA

Reportagem da *Folha de S. Paulo* diz que haveria dentro do STF discussões reservadas para avaliar a possibilidade de autorizar, em nome da estabilidade política do país, a soltura do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Segundo o jornal, o temor seria de que Cunha, que está preso no Complexo Médico Penal de Pinhais, decida firmar um acordo de delação premiada com a força-tarefa da Lava Jato. A reportagem afirma que as conversas entre os ministros do Supremo estariam ocorrendo apesar de o próprio STF ter decidido, na quarta-feira (15), manter a prisão do ex-deputado.

Polícia Federal manda recado: não vai aceitar novo diretor que a desagrade

● A reorganização de forças políticas contrárias à Lava Jato provocou a reação contrária do outro lado da trincheira. Na segunda-feira (13), a Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF) entregou ao presidente Michel Temer um pedido para que o atual diretor-geral da Polícia Federal (PF), Leandro Daiello, seja substituído e o sucessor seja um dos três indicados pela própria entidade. A ADPF argumenta que a manutenção de Daiello representa um risco para a continuidade da Lava Jato, pois a atual gestão estaria retirando o suporte que dava às investigações. Um dia depois, porém, os delegados da Lava Jato Igor Romário de Paula e Maurício Moscardi defenderam a continuidade de Daiello e

negaram o esvaziamento da operação. Na quinta-feira (16) foi a vez de a própria PF negar as acusações da associação, em nota que foi subscrita, dentre outros, pelo superintendente da Polícia Federal no Paraná, Rosalvo Ferreira Franco. Apesar das divergências internas na PF, o movimento dos delegados deixou claras duas posições dentro da instituição: os policiais federais não vão aceitar passivamente uma possível troca de comando que os desagradem – o que pode ocorrer com a posse do novo ministro da Justiça. (FM)

RESISTÊNCIA POPULAR

Organizadores das passeatas a favor do impeachment de Dilma Rousseff, o Movimento Brasil Livre e o Vem Pra Rua marcaram manifestações em defesa da Lava Jato para o dia 26 de março. O cientista político David Fleischer avalia que a participação da sociedade é fundamental para que o movimento anti-Lava Jato não prospere. O também cientista político Geraldo Tadeu Monteiro acredita que a pressão dos políticos para tentar aprovar medidas que freiem a operação será forte, mas não tem chance de prosperar: "O país vive plena liberdade de imprensa, o Judiciário está atento. Existe uma vigilância muito forte".

18 FEV 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Temer ignora opinião pública e preserva ministros enrolados

19 FEV 2017

Entre a opinião pública e seus ministros, Michel Temer optou por atender a seus aliados. O presidente da República se antecipou à divulgação do restante dos depoimentos e procurou preservar seu governo, embora tenha dito exatamente que não vai blindar ninguém.

Temer disse na última segunda-feira (13) que vai dispensar ministros que virarem réus na Lava Jato, porém o governo irá apenas afastar temporariamente os ministros que forem denunciados ao Supremo Tribunal Federal (STF). Ou seja, só vai demiti-los se uma eventual denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) for acatada no Judiciário. Assim, integrantes da Esplanada que aparecerem nas delações, ao menos num primeiro momento, continuam no governo.

Mudança de discurso

É uma mudança e tanto em relação ao que o próprio Temer havia defendido em junho — pouco após a demissão de três ministros que haviam sido citados na delação de Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro. Numa reunião com o primeiro escalão, o presidente

pediu que ministros que fossem citados nas investigações pedissem demissão.

Se o pedido de Temer tivesse sido acatado, a Esplanada teria hoje cinco nomes diferentes. Já apareceram na Lava Jato os seguintes ministros: Eliseu Padilha (Casa Civil), Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência), Gilberto Kassab (Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), José Serra (Relações Exteriores) e Leonardo Picciani (Esporte). E a expectativa é de que as delações da Odebrecht engrossem a lista.

Preservação

Na prática, Temer vai preservar seu governo até o fim do mandato, apesar de enfrentar o inevitável desgaste no momento da revelação das delações. Isso porque, a PGR tem demorado em média 615 dias para denunciar ao STF um investigado da Lava Jato — e a gestão Temer termina pouco depois disso a partir de agora.

Ao não afastá-los imediatamente, o Planalto também preserva a base do Congresso — pois os ministros são indicados pelos partidos aliados.

“Os políticos estão numa tentativa desesperada de uma última cartada para o que está chegando.”

GAZETA DO POVO

MATEUS BERTONCINI

18 FEV 2017

19 FEV 2017

A corrupção venceu a esperança?

A crise produzida pela corrupção faz parte do cotidiano do brasileiro. Ela é tão presente que se tornou algo comum, não mais causando surpresa, como se fosse algo integrante da nossa normalidade, da cultura nacional, a ponto de gerar aparente indiferença e insensibilidade. Trata-se de uma crise moral sem precedentes, porquanto as autoridades que deveriam dar exemplo de retidão à população são exatamente as pessoas envolvidas nas “tenebrosas transações” permanentemente divulgadas pela imprensa.

Não é novidade que esses fatos interferem na vida de todos, pois a crise gerada pela corrupção, para além da perspectiva ética, é a principal responsável pela crise política existente na República, além da crise econômica revelada pelos índices negativos de crescimento econômico e desemprego, e a crise no setor público, como é o notório caos do estado do Rio de Janeiro.

Nesse quadro dantesco, como uma resposta possível ao enfrentamento da corrupção, o Ministério Público Federal formulou propostas conhecidas como “Dez Medidas Contra a Corrupção”, transformadas em projeto de lei de iniciativa popular, com o apoio de mais de 2 milhões de cidadãos.

A Medida 1 cuida da “Prevenção à corrupção, transparência e proteção à fonte de informação”, dela constando quatro projetos: *accountability*, teste de integridade, percentuais de publicidade e sigilo de fonte; a Medida 2 trata da criminalização do enriquecimento ilícito de agentes públicos; a Medida 3 propõe o aumento das penas dos delitos de corrupção e torna crime hediondo a corrupção de altos valores; a Medida 4 almeja a eficiência dos recursos no processo penal; a Medida 5 visa à celeridade nas ações de improbidade administrativa; a Medida 6 sugere reforma no sistema de prescrição penal; a Medida 7 quer ajustes nas nulidades penais; a Medida 8 objetiva a responsabilização dos partidos políticos e criminalização do caixa dois; a Medida 9 almeja a prisão preventiva para assegurar a devolução do dinheiro desviado; e a Medida 10, a recuperação do lucro derivado do crime.

Antes da votação na Câmara dos Deputados, o projeto recebeu um substitutivo, excluindo-se do original as restrições ao uso do habeas corpus; a validação, em certas circunstâncias, de provas obtidas de forma ilícita; e a ampliação das hipóteses de prisão preventiva. O teste de integridade sofreu alterações, restringindo-se os seus efeitos ao âmbito disciplinar.

Entretanto, a reação parlamentar foi ostensivamente contrária. Em seu lugar foram aprovados projetos em sentido inverso àqueles apresentados, impedindo ou restringindo o combate à corrupção ao dificultar o trabalho de investigação e processamento dos casos, sem falar da transformação em crime de abuso de autoridade o próprio desempenho das atividades do Ministério Público e do Poder Judiciário. Esse é o legado de uma maioria de deputados federais que, numa madrugada, afastou a possibilidade de aprimoramento do sistema de controle judicial da corrupção.

Em outras palavras, as condições para a prática da corrupção foram mantidas pelas oligarquias historicamente dominantes na política brasileira. As bases para a permanência das crises moral, política e econômica restaram preservadas. Ao menos por enquanto, a corrupção venceu a esperança. Cabe ao povo dizer, do alto de sua soberania, se é isso que ele deseja.

Mateus Bertoncini, doutor em Direito do Estado e pós-doutor em Direito, é professor do Programa de Mestrado em Direito do Unicritiba e procurador de Justiça.

Um dos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal é não criar despesa sem dizer de onde virá a receita. O STF está livre desse limite e por isso criou, esta semana, uma despesa, que nem sabe o tamanho, quando mandou indenizar presos em condições degradantes. Confirmou um defeito do Brasil: em vez de determinar o fim da causa, quer dar um cala-boca na consequência.

É preciso não haver presos nestas condições desumanas. Isso é uma urgência do Brasil. Uma de várias. O jornal *O Globo* de sexta-feira (17) trouxe abaixo dessa manchete a informação de que o país tem 2,6 milhões de crianças e adolescentes fora da escola. O número de jovens fora do sistema educacional aumentou no ano passado pela primeira vez. Outra urgência do Brasil, a maior de todas.

Ninguém pode ficar tranquilo sabendo das terríveis histórias que se passam nas prisões, mas a questão é: a indenização de R\$ 2.000 por preso resolve o problema ou apenas reduz o sentimento de culpa que sentimos todos? Bem fez o ministro Barroso ao dizer que: “os estados não têm esse recurso. E, se tivessem, seria para investir na melhoria do sistema.”

A decisão do Supremo lembra o caminho escolhido pelo Brasil de indenizar presos políticos — com valores bem mais vultosos — por prisões ilegais e torturas. Desta forma, o país jogou para debaixo do tapete a tortura em si e nunca puniu os responsáveis. As Forças Armadas sequer foram constrangidas a colaborar com as informações sobre quem matou e torturou em suas dependências.

Como disse o ministro Barroso, o valor é nova afronta aos presos. É o que vale a dignidade deles? O ministro Celso de Mello disse que o Estado tem agido com absoluta indiferença. “Esse comportamento

por parte do Estado é desprezível, é inaceitável”. Quem tiraria razão ao decano? O país precisa ter prisões que deem aos presos condições mais humanas. O STF tem insistido sobre esse ponto que é fundamental. Melhorar as prisões atacaria pela raiz uma das razões que levaram ao espetáculo dantesco deste começo de ano com as decapitações em massa. Mas indenizar, e com valor irrisório, o preso que conseguir ir à Justiça não resolve nem de longe o problema.

O Brasil está, cada dia mais, diante do governo STF. Há funções que são do Executivo que, em decisões recentes, o Supremo tem perigosamente invadido. Ao decidir que os estados, que recorreram, poderiam pagar juros simples na sua dívida, em vez de compostos, deu um passo no vazio. Se isso se confirmasse haveria uma desordem sem tamanho em todo o sistema de dívidas do país. Aquela confusão foi evitada por pouco quando o STF concedeu um prazo para que estados e União entrassem em acordo. Não foi perfeita a solução negociada, mas pelo menos se evitou uma ordem suprema que teria consequências imprevisíveis na economia.

Cada questão isoladamente traz sua razão interna. Todas juntas podem não caber no Orçamento. Governar é fazer escolhas. Em um país em crise fiscal é estar diante de escolhas dolorosas. É justo que o preso fique nestas condições na prisão? Não. Mas a melhor saída é dar uma indenização? Ou propor que os estados se apressem em ter prisões que mantenham a dignidade do preso? Existem exemplos no país que podem ser copiados e existe a necessidade urgente de se superar a indiferença em relação às prisões superlotadas e degradantes em que os infratores e criminosos são tratados como nem animais deveriam ser.

CONTINUA

18 FEV 2017
19 FEV 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Os ministros julgam cada causa separadamente, mas se não tiverem em mente o contexto geral, podem estar expedindo decisões impossíveis de serem cumpridas. Não basta dar uma ordem e achar que o problema foi resolvido numa sessão do plenário. Os presos permanecem em condições desumanas, mas agora com o direito de pedir, através do advogado, uma pequena indenização, que não cobre o agravo de que foi vítima.

O Supremo tem sido chamado para decidir sobre coisas demais no país. Tem um volume de trabalho descomunal porque é cada vez mais corte criminal, ao lado do seu papel de corte constitucional. Além disso, passou a expedir ordens ao executivo e algumas delas sem sentido. Essa é uma delas. Por mais justa que seja a demanda do preso, a solução proposta não resolve o problema e cria outro.

Com Alvaro Gribel

Os pontos-chave

- STF mandou indenizar preso por condição degradante. Isso não resolve e cria problemas.
- Supremo tem sido chamado para decidir sobre assuntos demais; parece o governo STF.
- Melhor remédio contra prisão degradante não é indenizar, mas melhorar o sistema prisional.

18 FEV 2017

19 FEV 2017

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Indenização a presos 1

Sem dúvida as condições das nossas prisões são calamitosas e algo tem de ser feito. Não vejo o menor sentido, contudo, em punir o contribuinte. Em que mundo os ministros do STF vivem? Quase 40% do que produzimos vai para esse Estado que gasta muito e gasta mal, e o STF quer aumentar ainda mais essa despesa? Que encontrem outro caminho!

Marcos Almeida Prado Lefevre

INDENIZAÇÃO A PRESOS 2

Os gênios do STF ainda fixaram em abstrato o dever de indenizar os criminosos pelas más condições dos presídios, deixando a conta para o contribuinte. Aliás, está sobrando dinheiro no país! Temos educação e saúde pública de primeira qualidade, por que não gastar uma fábula pagando indenizações a presos? Eles merecem, deviam receber até pensão vitalícia.

Juliano Ribas Dea

ELIO GASPARI

OS PAPÉIS DETERRA

O ministro Teori Zavascki tinha o hábito de tomar pequenas notas, nas quais comentava a dura vida que levava. Quem viu alguns desses papéis garante que as relações do ministro com o procurador-geral, Rodrigo Janot, não iam bem.

Teori estava insatisfeito com a lentidão da Procuradoria (chegou a mostrar isso numa rara entrevista) e dispunha-se a chutar o balde no fim de fevereiro, caso Janot não colocasse a papelada em dia.

Teori reclamou também da má qualidade de denúncias que o procurador lhe mandou. A primeira relacionada com o senador Renan Calheiros, estava vazia. A de Delcídio do Amaral tinha um ponto cego.

20 FEV 2017

GAZETA DO POVO

Quem tem direito a indenização do Estado



Decisão do STF determinou que presidiário receba R\$ 2 mil por danos morais por ter ficado em condições sub-humanas.

“Os presídios no Brasil são como os da Idade Média, o tratamento é inteiramente desumano. Em virtude disso, justifica-se a indenização.”

Luiz Flávio Gomes, jurista.

“E a família da vítima que teve o familiar assassinado e não vai poder criar os filhos? Como eles ficam?”

Dircêo Torrecillas Ramos.

622 MIL PRESOS

estavam no sistema carcerário brasileiro em 2015. A projeção é que neste ano a população carcerária do país chegue aos 700 mil detentos.

CONTINUA

20 FEV 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Se a Constituição for levada ao pé da letra, muitos cidadãos podem pedir reparação, mas, na prática, não há recursos financeiros para isso

| Joana Neitsch

● A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) pela qual o Estado deve indenizar um homem por danos morais por ter ficado preso em condições sub-humanas abre precedente para que outros detentos requeiram o mesmo tipo de ressarcimento. Além disso, juristas consideram que, seguindo a lógica dos deveres do Estado em relação à dignidade da pessoa humana, outros cidadãos, inclusive vítimas, poderiam ajuizar ação solicitando uma compensação financeira.

A ação que foi julgada no STF era de um homem que passou oito anos preso por latrocínio — roubo seguido de morte — e hoje está em liberdade. Ele pediu um salário mínimo por mês em que ficou em situação degradante, mas o Supremo fixou apenas R\$ 2 mil de indenização. O caso tem repercussão geral, ou seja, a mesma interpretação deve se aplicar a ações semelhantes que tramitam na Justiça.

A respeito da decisão do STF, O jurista Luiz Flávio Gomes considera que ela está em consonância com o posicio-

namento que a Organização das Nações Unidas (ONU) tem apresentado. “A ONU tem se preocupado com o assunto e tem dito que o Estado é o responsável pelo preso. Os presídios no Brasil são como os da Idade Média, o tratamento é inteiramente desumano. Em virtude disso, justifica-se a indenização”, avalia Gomes.

A Constituição Federal apresenta, logo no primeiro artigo, a cidadania e a dignidade da pessoa humana como fundamentos do Estado Democrático de Direito. E no artigo terceiro estão, entre os objetivos, “construir uma sociedade livre, justa e solidária”, “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais” e “promover o bem de todos”.

Diante de todos esses preceitos, surge o questionamento: outros cidadãos não poderiam cobrar do Estado a dignidade que lhes falta? Poderiam e podem. O jurista Luiz Flávio Gomes ressalta: “Também há desempregados, favelados, pessoas da periferia em situação até pior que os presos. Isso leva a uma polêmica, pois o Estado é responsável por todas as pessoas do país”, observa o jurista.

Reparação

As vítimas da violência e seus familiares também podem buscar reparos além da punição dos agressores. Gomes lembra que o artigo 245 da Constituição, que até hoje não foi regulamentado, prevê a criação de um fundo para os parentes de vítimas de crimes.

O constitucionalista Dir-

cêo Torrecillas Ramos também ressalta a situação daqueles que sofrem violência: “Ea família da vítima que teve o familiar assassinado e não vai poder criar os filhos? Como eles ficam?”, questiona o advogado.

Mas, mesmo havendo direito à reparação de todos os lados, o fato é que não há capacidade financeira de o Estado arcar com a série de indenizações que poderão ser solicitadas. Ainda não há cálculos exatos, mas uma estimativa feita pelo jornal *O Globo* aponta que, somente no sistema carcerário brasileiro, se todos os 622 mil presos pedirem danos morais, o rombo no orçamento público seria bilionário.

Ramos reconhece a situação problemática dos presídios, que, muitas vezes, “são amontoados de pessoas”. Mas, na opinião dele, o Estado não pode arcar com o ônus financeiro. “Não podemos resolver um problema e criar outro.”

“O Judiciário, quando toma esse tipo de decisão, tem de pensar no Brasil como um todo. O país está quebrado. Os grandes privilegiados continuam com seus penduricalhos, e o trabalhador mais humilde é que está pagando a conta”, aponta Ramos.

Na decisão do STF, três ministros foram contrários ao ressarcimento financeiro devido à impossibilidade de o Estado arcar com esse ônus. O ministro Luiz Roberto Barroso — acompanhado por Celso de Mello e Luiz Fux — propôs que a compensação fosse com desconto nos dias de pena.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

20 FEV 2017

FINANÇAS PÚBLICAS

Indenizações podem ser maiores que as determinadas a presos

● Thiago Bottino, professor de Direito Penal da Fundação Getúlio Vargas – FGV Direito Rio, explica que a decisão do STF é juridicamente perfeita: “Se tem um dano causado pela sociedade, a Constituição exige que seja reparado. E a legislação permite que as pessoas que cometem crimes sejam privadas da liberdade, mas não de sua dignidade”, diz ele. Mas o professor reconhece que, do ponto de vista prático, o impacto financeiro para o Estado pode ser muito maior que os R\$ 2 mil que o STF determinou de indenização no processo em questão. Não existem limites de valores fixados e a Justiça pode determinar que uma pessoa que adquirir uma doença grave na prisão, por exemplo, receba uma indenização muito mais alta.

Na opinião de Bottino, para que existam condições de dignidade nos presídios, o que precisa ser revisto é o encarceramento excessivo. “No Brasil, prende-se muito e prende-se mal”. Ele explica que indenizar não deve ser a alternativa, não só pelo custo, mas também porque nem sempre o dinheiro compensa as condições sub-humanas que a pessoa vivenciou.

Abater os dias da pena também não deveria ser opção, na visão do jurista. “A pena é pelo que ele [detento] praticou.” Além disso, construir novas prisões para resolver o problema demoraria muito e seria muito oneroso. E mais: quando as prisões estiverem prontas, a demanda já vai ser muito maior.

O professor da FGV-Rio relembra que o maior porcentual é de presos que estão detidos por tráfico de drogas – cerca de 30% –, e questiona os critérios para se efetuar essas prisões: “Será que temos 400 mil Fernandinhos Beira-Mar presos? Muitos são pequenos traficantes, que não estavam com arma, nem em ação violenta”. Bottino observa também que não há uma distinção clara na legislação entre quem é usuário e quem é realmente traficante.

Uma ação sobre a descriminalização do porte de drogas tramita no STF. O julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 635659 foi interrompido após pedido de vista do ministro Teori Zavascki. Agora, só deverá voltar à pauta após a posse do novo ministro.

GAZETA DO POVO

Asabatina do ministro

20 FEV 2017

O ministro da Justiça licenciado Alexandre de Moraes enfrentará nesta terça-feira, a partir das 10 horas, a primeira etapa do processo para que se torne ministro do Supremo Tribunal Federal, após a indicação do presidente Michel Temer: a sabatina feita pelos senadores que integram a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Após os questionamentos, cuja duração não é definida (a de Edson Fachin durou 11 horas), os membros da CCJ votam secretamente; se Moraes for aprovado por maioria simples, a CCJ envia um parecer positivo ao plenário do Senado, onde nova maioria simples levará o indicado à cadeira que era ocupada por Teori Zavascki.

A sabatina de Moraes, no entanto, está rodeada por características bem peculiares. Desde 9 de fevereiro, a CCJ — uma das mais importantes comissões do Senado — está sob o comando de Edison Lobão (PMDB-MA), apoiado pelo ex-presidente da República José Sarney (PMDB-AP), além dos onipresentes Renan Calheiros (PMDB-AL) e Romero Jucá (PMDB-RR). Lobão é alvo de duas investigações da Operação Lava Jato, citado como beneficiário de desvios na Petrobras e das obras das usinas de Angra 3 e Belo Monte, quando era ministro de Minas e Energia no governo Dilma Rousseff. O senador não esconde de ninguém as críticas à Lava Jato, tendo afirmado, em entrevista ao jornal *O Estado de S.Paulo*, que a Lava Jato estaria criminalizando a atividade política, o que abre espaço para a “tirania”.

Lobão não está sozinho: ele é um de 12 senadores investigados na Lava Jato, dos quais oito marcam presença na CCJ, sendo quatro titulares (além de Lobão, os também peemedebistas Valdir Raupp e Jader Barbalho e Benedito de Lira, do PP) e quatro suplentes (Jucá, Calheiros, a petista Gleisi Hoffmann e Fernando Collor, do PTC). Lindbergh Farias (PT-RJ), titular da CCJ, teve seu inquérito arquivado pelo STF a pedido da Procurado-

ria-Geral da República, mas ele e outros sete senadores foram citados em delações premiadas da Lava Jato, embora ainda não haja inquérito, denúncia ou processo contra eles. E mais seis ainda são alvo de inquérito ou processo relativo a outros casos. Ou seja, dos 54 senadores da CCJ (27 titulares e 27 suplentes), quase metade tem alguma encrenca com a Justiça ou pode vir a ter, dentro da Lava Jato. Uma bancada formidável.

O site do Senado explica que comissões como a CCJ “têm seus integrantes designados pelo presidente da Casa, por indicação dos líderes partidários, observando-se a participação proporcional das respectivas bancadas”. É de se perguntar: os partidos realmente não tinham ninguém melhor para indicar para uma comissão tão importante? E seus membros não podiam ter escolhido para presidir a CCJ alguém que pelo menos não tivesse suspeitas recaído sobre si? Renan Calheiros diria que uma questão dessas é preconceituosa: “Tem de acabar com o preconceito de quem é citado ou investigado não poder exercer cargo de comando”, afirmou no mesmo dia em que Lobão foi colocado à frente da CCJ. Ora, não se trata de preconceito, e sim de um cuidado muito simples com a moralidade pública.

A sabatina serve para que a sociedade conheça o currículo e as posições do candidato a ministro do STF sobre diversos temas, e há muitos assuntos de suma importância sobre os quais esperamos haver questões colocadas a Alexandre de Moraes: a defesa da vida humana desde a concepção, o ativismo judicial e o papel do STF, o combate às drogas, a laicidade do Estado, a questão prisional. Mas, com tantos investigados encarregados de aprovar o nome de alguém que pode vir a julgá-los no futuro (seja na Lava Jato, seja em eventuais outros escândalos), teme-se que o evento desta terça diga mais sobre os sabatinadores que sobre o sabatinado.

Dos 12 senadores investigados na Lava Jato, oito marcam presença na CCJ

20 FEV 2017

GAZETA DO POVO

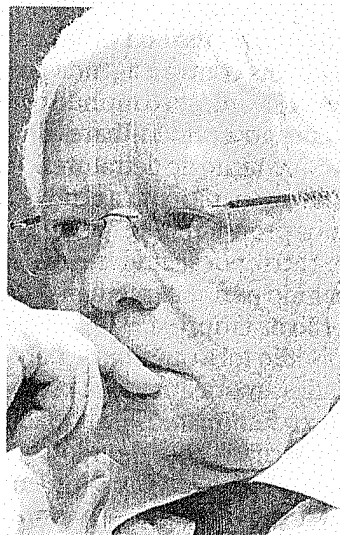
Celso de Mello libera amanhã decisão sobre Moreira Franco

BRASÍLIA
Estadão Conteúdo

● O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), deve liberar amanhã sua decisão sobre a nomeação de Moreira Franco à Secretaria-Geral da Presidência da República. A informação foi passada pelo gabinete do ministro.

Homem de confiança de Temer, Moreira Franco tomou posse no cargo no dia 3, quatro dias depois de a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, homologar as delações de 77 executivos e ex-executivos da Odebrecht.

Apelidado de "Angorá" na planilha da empreiteira, Moreira Franco foi citado mais de 30 vezes na delação de Cláudio Melo Filho, ex-di-



Ministro Moreira Franco foi citado na Lava Jato 30 vezes.

retor de relações institucionais da Odebrecht.

Logo depois da solenidade de posse de Moreira Franco no Palácio do Planalto, os partidos PSol e Rede Sustentabilidade recorreram ao STF para tentar barrar a nomeação.

A palavra final será de Celso de Mello, que inicialmente havia sinalizado que a decisão seria publicada nesta segunda-feira.

VAGAS STF Planalto conta com placar favorável em sabatina de Moraes

● O Palácio do Planalto acredita em um placar amplamente favorável a Alexandre de Moraes na sabatina que ele enfrentará terça-feira, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. A avaliação é de que ele será aprovado sem grandes problemas, já que os partidos

que integram a base do governo Temer na Casa detêm a maioria das vagas na comissão. Em sintonia com o Planalto, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), trabalhou para que a sabatina do ministro licenciado da Justiça e aspirante ao posto de ministro do Supremo Tribunal Federal ocorra nesta terça. Com isso, há "margem de segurança" para votação no plenário do Senado no mesmo dia ou na quarta-feira.

Servidora presa da UFPR tinha a “chave do cofre”

Sistema de liberação de pagamentos permitia a inclusão manual dos CPFs para quem a chefe da unidade de Orçamento e Finanças queria mandar dinheiro

Kátia Brembatti e Raphael Marchiori

● O esquema que desviou R\$ 7,3 milhões em bolsas de auxílio à pesquisa e a estudantes da Universidade Federal do Paraná somente foi possível porque o sistema que libera o pagamento permitia que a servidora presa pela Polícia Federal digitasse manualmente o CPF dos beneficiários para quem ela queria destinar o dinheiro.

De acordo com José Henrique Pereira Pinto, chefe da Tecnologia da Informação da UFPR, a falha foi utilizada dentro da Unidade de Orçamento e Finanças da PRPPG. Essa era a unidade chefiada entre 2013 e 2016 pela servidora Conceição Abadia de Abreu Mendonça, apontada pela Polícia Federal como mentora da fraude.

Conceição, segundo explica Pereira Pinto, recebia os processos para fazer a instrução de pagamento. Para isso, ela tinha uma senha com a

qual alimentava as informações das bolsas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). O problema é que ela tinha permissão para fazer manualmente essa inclusão de dados.

“O Siafi deveria importar essa lista direto do sistema, sem intervenção humana. Mas ele abre uma tela onde a servidora pode digitar cada CPF. Se esse CPF existe na base da Receita Federal, ele [o Siafi] aceita. Essa servidora [Conceição] ludibriou o sistema. Ela pegava a lista correta [de bolsistas] e no meio colocava esses CPFs indevidos”, disse o chefe de TI da UFPR. Ele fez questão de ressaltar que essa falha identificada agora é sistêmica. “Isso não é exclusivo da UFPR.”

Outro problema identificado na sequência desse processo é a listagem gerada para chancela do pró-reitor. Aparentemente, a lista gerada no departamento financeiro não era idêntica à lista enviada ao superior imediato de Conceição. “A lista gerada no controle interno deveria ser um espelho da lista dentro do Siafi e vice-versa. Mas, como tem a interferência humana no processo por uma servidora com o acesso exclusivo para controlar o sistema, a falta de cruzamento de dados entre os dois sistemas permitiu a fraude.”

Chancela superior

O reitor Ricardo Marcelo Fonseca disse que os pró-reitores não recebiam uma lista com a discriminação de todos os CPFs dos beneficiários das bolsas. “Depois de passar pelo setor financeiro da PRPPG, essas notas seguiam [para os pró-reitores] com o nome de algumas pessoas encabeçando, mas sem a discriminação individualizada dos CPFs de todos os beneficiários. Ali é que aparentemente acontecia o descaminho do dinheiro público.”

Esse entendimento foi endossado pelo chefe da TI, chamado a uma coletiva de imprensa para auxiliar o reitor nas respostas sobre o sistema de pagamento. “A falha é que não havia instrumentos para informar [os pró-reitores] nome a nome, já que o pró-reitor não tem acesso ao sistema e trabalha com um documento impresso”, disse Pereira Pinto.

O chefe da TI, porém, preferiu não responder se os nomes dos 27 bolsistas que constavam no Siafi entre 2013 e 2016 e agora são investigados pela Polícia Federal também constavam no documento final assinado pelos pró-reitores. “Isso é uma resposta que está dentro do processo e eu não sei. Não tenho acesso a esses documentos e isso precisa ser analisado. E o Tribunal de Contas da União está fazendo justamente essa análise”, argumentou.

CONTINUA

20 FEV 2017

GAZETA DO POVO

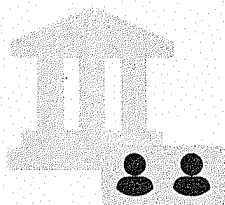
CONTINUAÇÃO

COMO FUNCIONAVA O ESQUEMA

Falha de segurança que possibilitava inclusão manual de CPFs permitiu o desvio de dinheiro de bolsas da UFPR:

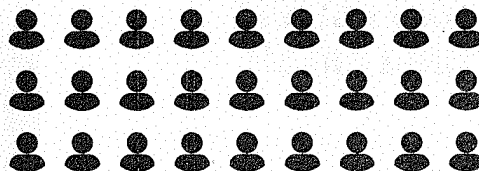
DETALHES

Quantidade de Pessoas envolvidas



2

das pessoas envolvidas eram servidoras da UFPR que, de alguma forma, tinham acesso a documentos que permitiram a operacionalização do esquema.



27

27 pessoas sem qualquer ligação com a UFPR foram incluídas na lista de recebedores dos recursos.

Não são professores ou estudantes – muito menos pesquisadores (não tinham nem currículo cadastrado na tradicional Plataforma Lattes).

Entre as profissões dos beneficiários estão taxista, artesão e cabeleireiro.

Alguns nem sequer concluíram o ensino fundamental.

CONTINUA

20 FEV 2017

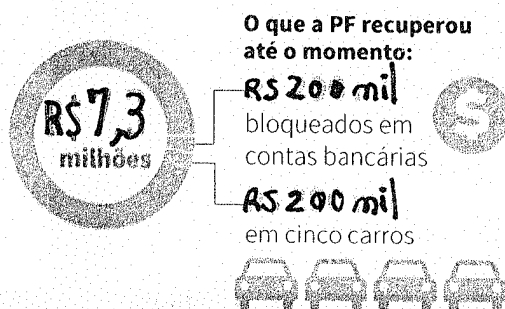
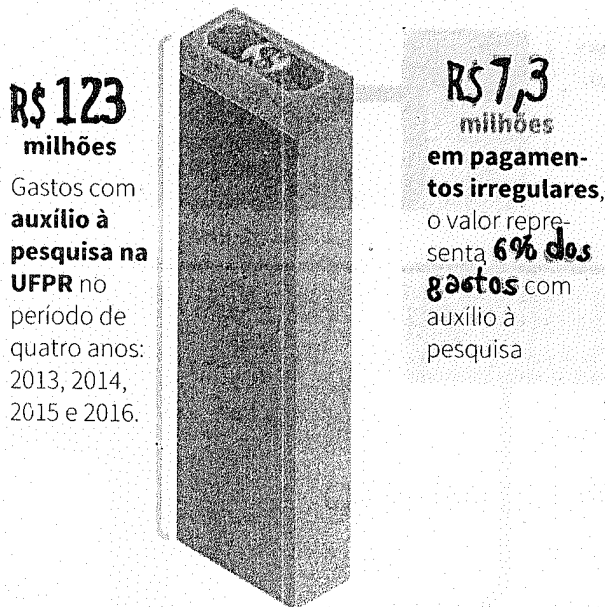
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Período em que funcionou



Fatia do orçamento



Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

PASSO A PASSO

1



Conceição, segundo explica José Henrique Pereira Pinto, chefe de TI da UFPR, recebia os processos para fazer a instrução de pagamento.

2



Para isso, ela tinha uma senha com a qual alimentava **manualmente** as informações das bolsas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

3



Conceição pegava a lista correta de bolsistas, mas cadastrava manualmente CPFs indevidos. "O SIAFI deveria importar essa lista direto do sistema, sem intervenção humana", diz Pereira Pinto.

4



Aparentemente, a lista gerada no departamento financeiro não era idêntica à lista enviada ao superior imediato de Conceição. A falta de cruzamento de dados entre os dois sistemas permitiu a fraude

20 FEV 2017

GAZETA DO POVO

Os recordistas em lavagem de dinheiro

O ex-deputado Pedro Correa lidera o ranking dos investigados que mais vezes cometeram o crime de lavagem

*Kelli Kadanus e
Laura Beal Bordin*

● A última denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra o ex-governador do Rio de Janeiro Sergio Cabral (PMDB) surpreendeu pelo número de vezes que o ex-governador teria praticado atos de lavagem de dinheiro. Segundo os procuradores, foram 184 vezes, mas o número, apesar de alto, não é o recorde da Lava Jato. O recordista é o ex-deputado federal Pedro Correa (PP), condenado em outubro do ano passado por lavar dinheiro por 328 vezes, segundo a sentença do juiz federal Sergio Moro.

A denúncia por crimes de lavagem de dinheiro é comum na Operação Lava Jato, já que os acusados precisam dar uma aparência de legalidade a recursos desviados dos cofres públicos.

“A lavagem de dinheiro é praticar uma série de atos

para vir a, de certa forma, modificar, alterar, conseguir mascarar o produto do crime, de forma que o criminoso possa desfrutar desses bens. De nada adiantaria, se eu vou praticar uma série de crimes que vão me gerar proveito econômico, se eu não puder utilizar desses bens ou produto do crime depois”, explicou o delegado da Lava Jato Marcio Anselmo em uma palestra sobre o assunto na última sexta-feira (17).

O método para lavagem de dinheiro costuma ser variado. Para dissimular a origem de recursos ilegais, os acusados firmam contratos fictícios com empresas de fachada, enviam recursos para o exterior, utilizam o dinheiro para compra de joias e obras de arte, compram imóveis em nomes de laranjas, entre outros métodos. Há casos, porém, em que o MPF não consegue provar as de-

núncias ao longo do processo e os réus acabam absolvidos do crime.

Recordistas

Entre os condenados na Lava Jato que mais praticaram atos de lavagem de dinheiro estão, em ordem decrescente, o ex-deputado Pedro Correa (PP) (328); o ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco (126); o ex-assessor de Correa Ivan Vernon (98); o publicitário Ricardo Hoffmann, o ex-deputado André Vargas (PT) e seu irmão Leon Vargas (64 cada); e o executivo Marcelo Odebrecht (50).

O levantamento levou em conta políticos, funcionários públicos e empresários envolvidos na Lava Jato. Doleiros como Alberto Youssef e lobistas, que tinham como “profissão” a lavagem de recursos ilícitos, foram desconsiderados.

POLÍTICOS CAMPEÕES

Levando em conta apenas o total de recursos lavados por políticos, quem alcança o topo da lista é o ex-ministro José Dirceu. Segundo a sentença de Moro, o ex-ministro lavou R\$ 10,2 milhões em oito atos de lavagem de dinheiro. Em segundo lugar no ranking fica o ex-senador Gim Argelo (PTB-DF), responsável por três atos para lavar R\$ 7,3 milhões desviados na Lava Jato. O ex-tesoureiro do PT ocupa o terceiro lugar na lista de políticos condenados por lavagem de dinheiro. Ele lavou um total de R\$ 4,2 milhões, segundo a sentença de Moro. O quarto e quinto lugar no ranking são ocupados por Pedro Correa (PP) e André Vargas (PT), respectivamente.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

OS MAIORES LAVADORES

20 FEV 2017

Ranking dos valores lavados

Atos cometidos

Valor lavado

1º Marcelo Odebrecht Executivo da Odebrecht	50	US\$ 16,1 milhão e 1,9 milhão de francos suíços
Rogério Araújo Executivo da Odebrecht	45	US\$ 16,1 milhão e 1,9 milhão de francos suíços
Marcio Faria Executivo da Odebrecht	45	US\$ 16,1 milhão e 1,9 milhão de francos suíços
2º Gerson Almada Executivo da Engevix	47	R\$ 53,6 milhões
3º Julio Camargo Executivo da Toyo Setal	50	R\$ 4,4 milhões; US\$ 15,2 milhões e 765,8 mil euros
4º Augusto Mendonça Executivo da Toyo Setal	48	R\$ 45,2 milhões
5º Pedro Barusco Ex-gerente da Petrobras	126	R\$ 32 milhões US\$ 2,1 milhões

Ranking de atos de lavagem

Atos cometidos

Valor lavado

1º Pedro Correa Ex-deputado pelo PP	328	R\$ 2,2 milhões
2º Pedro Barusco Ex-gerente da Petrobras	126	R\$ 32 milhões US\$ 2,1 milhão
3º Ivan Vernon Ex-assessor de Pedro Correa	98	R\$ 389,6 mil
4º André Vargas Ex-deputado pelo PT	64	R\$ 1,1 milhão
Leon Vargas Irmão de André Vargas	64	R\$ 1,1 milhão
Ricardo Hoffmann Publicitário	64	R\$ 1,1 milhão
5º Marcelo Odebrecht Executivo	50	US\$ 16,1 milhão 1,9 milhão de francos suíços

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

1.275 ATOS

de lavagem de dinheiro cometidos por políticos, funcionários públicos e empresários condenados por Moro em primeira instância até agora.

18 FEV 2017

O ESTADO DE S. PAULO



Missa pela morte de Teori

O ministro do Supremo Tribunal Federal e relator da Operação Lava Jato na Corte, Edson Fachin, acompanhado da mulher, Rosana Amara Girardi Fachin, durante missa de 30 dias da morte do ministro do STF Teori Zavascki, na Catedral Metropolitana de Brasília.

18 FEV 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Relator da Lava Jato critica foro privilegiado de político

Ministro Edson Fachin, do Supremo, afirma que o benefício é
'incompatível com o princípio republicano'

O relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, ministro Edson Fachin, defendeu ontem que a Corte debata o alcance do foro privilegiado. "A questão que se coloca é saber se essa alteração pode ser feita por mudança de interpretação constitucional ou se demanda alteração própria do Poder Legislativo." Para ele, a determinação de que uma autoridade só possa ser julgada em tribunal específico em razão do cargo é "incompatível com o princípio republicano". "Eu, já de há muito tempo, tenho subscrito uma visão crítica do chamado foro privilegiado." Fachin também declarou que a Corte deve debater se o foro deve ser restrito a atos praticados no mandato. A manifestação reforça debate levantado pelo ministro Luís Roberto Barroso sobre a lentidão do STF para julgar parlamentares. Para ele, "o sistema é feito para não funcionar". O prazo médio para recebimento de denúncia na Corte é de 565 dias.

18 FEV 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Supremo. Após Barroso colocar tema na pauta, ministro Fachin diz que Corte deve discutir alcance da prerrogativa;

debate ocorre quando STF é alvo de críticas por lentidão

Relator da Lava Jato defende revisão do foro privilegiado

Breno Pires / BRASÍLIA

O relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, ministro Edson Fachin, defendeu ontem que a Corte debata o alcance do foro privilegiado. De acordo com ele, o plenário deve discutir se é possível alterar o entendimento que existe sobre o tema por meio de uma mudança de interpretação da Constituição ou se apenas o Poder Legislativo poderia promover essa alteração.

“A questão que se coloca é saber se essa alteração pode ser feita por uma mudança de interpretação constitucional ou se ela demanda uma alteração própria do Poder Legislativo”, disse. “Eu, já de há muito tempo, tenho subscrito uma visão crítica do chamado foro privilegiado, por entendê-lo incompatível com o princípio republicano.”

O foro privilegiado, ou foro por prerrogativa de função, é a determinação de que, em razão do cargo, uma autoridade só possa ser julgada em um tribunal específico. No caso de deputados, senadores e autoridades do Executivo, pelo STF.

Fachin também declarou que a Corte deve debater se o foro deve ser restrito a atos praticados durante o mandato – tese encampada pelo ministro Luís Roberto Barroso e que já foi defendida pelo ministro Celso de Mello no passado. Barroso propõe que o Supremo deveria processar apenas os crimes praticados no exercício do mandato.

Alcance

“Essé é o debate que o Supremo vai enfrentar para saber se há espaço para interpretação, por exemplo, na proposta feita no sentido de que o foro compreenderia apenas os eventuais ilícitos praticados no exercício da função e não abrangeria os ilícitos praticados anteriormente.”

Edson Fachin

RELATOR DA LAVA JATO NO STF

“Esse é o debate que o Supremo vai enfrentar para saber se há espaço para interpretação, como, por exemplo, na proposta feita no sentido de que o foro compreenderia apenas os eventuais ilícitos praticados no exercício da função e não abrangeria os ilícitos praticados anteriormente”, disse Fachin.

A manifestação do relator da Lava Jato na Corte reforça o debate deflagrado por Barroso em um momento em que se discute a lentidão do Supremo para processar e julgar parlamentares.

O prazo médio para recebimento de uma denúncia pelo STF é de 565 dias, segundo dados do Supremo, conforme apontou Barroso, ao dizer nesta semana que “o sistema é feito para não funcionar”.

O julgamento em questão é o do ex-deputado federal Marquinho Mendes (PMDB), que renunciou recentemente ao mandato para assumir a prefeitura de Cabo Frio (RJ). “As diversas de-

clinações de competência estão prestes a gerar a prescrição pela pena provável, de modo a frustrar a realização da justiça.”

Limites. Há diferentes ideias de limitar o foro privilegiado. Alguns ministros defendem o fim da prerrogativa de foro – a exemplo do ministro Celso de Mello, que disse isso em uma entrevista em 2012. Outra proposta é que a prerrogativa seja limitada a certas condutas, relacionadas ao que foi feito no exercício do cargo. Há também quem defenda a redução do número de autoridades que seriam necessariamente julgadas no STF.

Limitar o foro privilegiado aos presidentes dos três poderes da República foi sugerido pelo juiz Sérgio Moro, da 13.^a Vara Federal de Curitiba, em entrevista ao **Estado**, em novembro. O ministro Gilmar Mendes rebateu tal sugestão. “Para todo problema complexo, uma solução simples é geralmente errada”, afirmou na ocasião.

Em tempos em que se discute se existe um “ativismo judicial” e se o Supremo por vezes invade a competência do Congresso, uma possível limitação do foro privilegiado pelo STF poderia ser mais um elemento na rede de tensão entre os dois poderes.

CONTINUA

18 FEV 2017

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Tempo. A ação penal que Barroso tornou disponível para ser julgada depende, ainda, da decisão da presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia, para ser pautada ao plenário. Não há prazo para isso ser feito, mas o tempo até este julgamento será um indício do tamanho da disposição da Corte em discutir a questão polêmica.

Para o ministro Marco Aurélio Mello, “uma coisa é interpretação, outra coisa é querer reescrever a Constituição”. “Nós não temos que debater o que é claro e está sedimentado na jurisprudência e é claro por estar na Constituição federal a prerrogativa de foro em razão da qualificação da pessoa”, disse Mello. Durante uma sessão na semana, o ministro disse que Barroso seria “um grande congressista”.

PERGUNTAS & RESPOSTAS

1.0 que é foro privilegiado?

Prerrogativa de políticos ou autoridades serem julgados em ações criminais nas instâncias superiores da Justiça. Deputados, senadores e ministros de Estado só podem ser julgados pelo Supremo Tribunal Federal.

2.0 que fez Luís Barroso?

Levou a plenário ação penal contra o prefeito de Cabo Frio, Marquinho Mendes (PMDB), por crime eleitoral. O caso chegou ao STF em 2015 porque Mendes assumiu mandato na Câmara. Em 2016, eleito prefeito, renunciou, mas o caso já estava liberado para ser julgado no Supremo.

3.0 que o STF vai discutir?

Barroso pede que a Corte aproveite o caso para debater o foro especial previsto no artigo 102 da Constituição. Ele defende restrição ao alcance da prerrogativa, limitando-a a crimes cometidos durante o mandato. A ação contra o prefeito, diz, não deveria estar no STF porque o crime teria ocorrido quando ele não era deputado.

1 8 FEV 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Velloso recusa Ministério da Justiça

Ex-ministro do Supremo alega 'compromissos profissionais e éticos' para a decisão; negativa reabre disputa entre PMDB e PSDB pela vaga

O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Velloso recusou ontem convite do presidente Michel Temer para comandar o Ministério da Justiça. Em comunicado, o advogado criminalista alega "compromissos de natureza profissional e, sobretudo, éticos" para não assumir a pasta após a saída de Alexandre de Moraes, indicado para a vaga do ministro Teori Zavascki (morto em 19 de janeiro) no Supremo.

"Comuniquei hoje, ao sr. presidente da República, a impossibilidade de aceitar o seu convite para ocupar o honroso cargo de ministro de Estado da Justiça. Não obstante meu desejo pessoal de contribuir com o País neste momento tão delicado, compromissos de natureza profissional e, sobretudo, éticos, levam-me a adotar esta decisão. É que acredito no adágio "pacta sunt servanda" (o contrato é lei entre os contratantes), pilar do princípio da segurança jurídica", diz o comunicado divulgado por Velloso.

Na noite de ontem, ele havia dito ao **Estado** que aguardava a resposta de clientes de seu escritório de advocacia para falar com o presidente sobre o convite. Caso assumisse o Ministério da Justiça, Velloso teria de deixar de atuar como advogado, seguindo o Estatuto da Advocacia.

De acordo com Velloso, ele havia transmitido a Temer, às 21h30 da quinta-feira, que estava "tentando afastar questões pertinentes a contratos" que exigiam a participação direta dele para dar a resposta definitiva. A questão foi encaminhada para ser avaliada pelo setor de

compliance da multinacional cliente de seu escritório. De acordo com o ex-presidente do STF, o prazo-limite combinado com Temer para a decisão era hoje. "Continuarei à disposição do presidente Temer, amigo de cerca de 40 anos", disse.

Novo nome. A negativa de Velloso deu novo fôlego à disputa entre PMDB e PSDB pela vaga.

O PMDB tenta emplacar um ministério e indicar o deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG) para a Justiça.

Os tucanos, por outro lado, não querem perder a pasta – Alexandre de Moraes, indicado para o STF, era filiado ao partido.

Um auxiliar do presidente afirmou que na conversa desta semana entre Temer e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, alguns nomes foram colocados como "bons quadros possíveis" para assumir o ministério.

Um dos nomes do Ministério Público cotados para a vaga é o do subprocurador-geral da República José Bonifácio Borges de Andrada. A exemplo de Velloso, ele é ligado ao senador Aécio Neves (PSDB-MG). / CARLA ARAÚJO, TÂNIA MONTEIRO E IGOR GIANNASI

Mariz afirma que não vai aceitar cargo no governo

● O advogado criminalista Antônio Cláudio Mariz de Oliveira afirmou ontem, à coluna *Direto da Fonte*, que não vai aceitar cargo no governo Michel Temer. "Estão especulando sobre meu nome, não sei bem para qual cargo, mas não vou aceitar participar do governo federal. Continuo apoiando meu amigo Temer como sempre, do meu escritório" disse.

Mariz chegou foi cogitado para a Secretaria Nacional de Segurança, mas a ideia não foi adiante. "Não sei bem qual é o cargo, mas pelo mesmo motivo que não aceitei o Ministério da Justiça (não vai aceitar agora outro cargo no governo)." Na segunda, ele disse ao **Estado** que sua ida para o ministério "poderia importar em alguns dissabores para o governo". / JULIANNA GRANJEIRA

SÔNIA RACY Via tortas

A decisão de Carlos Velloso, ontem à tarde, de rejeitar o convite para o Ministério da Justiça, e a de Antonio Mariz de Oliveira, que recusou a Justiça e ontem – como adiantou o blog da coluna – também saiu do páreo da Segurança, levou alguns brasileiros a arriscar previsão: essa novela vai desembocar na indicação de um... político.

Temer, pelo visto, tem passado ao largo de impedimentos previsíveis de seus escolhidos. E quando tudo o mais não dá certo, acaba acatando sugestões de sua base no Congresso. Isto é, quem grita por último é que leva?

18 FEV 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Relator arquiva inquéritos contra Collor e Lindbergh

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, arquivou inquéritos instaurados contra os senadores Fernando Collor (PTC-AL) e Lindbergh Farias (PT-RJ) no âmbito da Lava Jato. Fachin substituiu Teori Zavascki como relator dos processos relativos à operação no STF.

O inquérito contra Collor apurava acusações do ex-diretor da área internacional da Petrobrás Nestor Cerveró, que apontou envolvimento do senador em esquema de corrupção de agentes públicos e lavagem de dinheiro relacionado à BR Distribuidora. Segundo o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, não foram verificados “elementos suficientes que possam fundamentar a continuidade do inquérito e, por mais forte razão, a propositura de uma ação penal”.

Quanto a Lindbergh, a Procuradoria-Geral da República e a Polícia Federal já se manifestaram pelo arquivamento do inquérito, que apurava se o petista havia cometido crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Até as 21 horas de ontem, o Estado não havia obtido resposta do gabinete de Collor e da defesa de Lindbergh para comentar o assunto. No mês passado, o advogado do petista, Rodrigo Mudrovitsch, disse que “não há elementos que liguem o senador Lindbergh a qualquer prática ilícita mencionada”. / RAFAEL

MORAES MOURA e BRENO PIRES

Julgamento sobre Raupp é liberado

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), liberou para julgamento a denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no âmbito da Operação Lava Jato.

O senador é acusado de ter recebido R\$ 500 mil para a sua campanha ao Senado, em 2010, que teriam sido desviados do esquema de corrupção na Petrobrás. Ele nega irregularidades.

A data do julgamento da denúncia pela Segunda Turma do STF ainda não foi definida. /

R.M.M. e B.P.

SÔNIA RACY

Meia solução

Para Walter Maierovitch, o debate do STF, anteontem, sobre as más condições dos presos no País e as compensações que o Estado lhes deve foi longo mas... incompleto.

Entre outras, ele lembra que, além das penas privativas, 90% dos presos sofreram multas, em geral não pagas. Ao pagar indenizações, o Estado vai fazer o desconto?

Outra dúvida do jurista: se um preso maltratado recebe uma boa indenização, a família de sua vítima – o que inclui mortes ou estupros, por exemplo – pode cobrar-lhe também uma compensação?

Explicadinho

Nas alegações mandadas a Moro, para pedir que cancele benefícios negociados com Paulo Roberto Costa, o MPF se estende por 63 páginas, reforçadas por cinco mapas e 39 tomadas de câmara para mostrar entradas e saídas de pessoas, carros e elevadores. Tudo assinado por 13 procuradores.

18 FEV 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Texto anticorrupção voltará ao Senado

Após acordo entre Maia e o ministro do STF Luiz Fux, Câmara vai conferir 2 milhões de assinatura de apoio à proposta e devolver projeto

Isadora Peron
Rafael Moraes Moura
Breno Pires / BRASÍLIA

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux fecharam ontem um acordo sobre o destino do projeto das dez medidas contra a corrupção. A proposta foi apresentada pelo Ministério Público Federal no ano passado e sua tramitação foi interrompida após uma decisão liminar do ministro da Corte.

Pelo acordo, a Secretaria-Geral da Mesa da Câmara vai conferir as mais de 2 milhões de assinaturas de apoio à proposta de iniciativa popular. O presidente da Casa e o ministro também acertaram, de acordo com a assessoria de imprensa da presidência da Câmara, que, depois disso, o projeto poderá ser enviado ao Senado para seguir com a tramitação.

À noite, Fux assinou um despacho que extinguiu a ação judicial apresentada pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PSC-SP). Foi a partir desta ação que o ministro do STF suspendeu a tramitação das propostas de combate à corrupção no Senado ao ordenar a “devolução” do texto para a Câmara. Uma consequência direta da extinção do processo é o fato de a liminar do ministro não ir mais para referendo do plenário.

Em dezembro do ano passado, Fux havia determinado que a proposta voltasse à estaca zero, depois de sofrer, na Câmara dos Deputados, várias alterações que, segundo ele, teriam descaracterizado o projeto original. Caso surjam novos

questionamentos jurídicos em torno dos próximos passos do projeto anticorrupção, eles terão de ser analisados em novos processos.

Emendas. Para o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), José Robalinho Cavalcanti, além de os deputados terem feito modificações no texto, o que, segundo ele, é legítimo”, os parlamentares incluíram emendas estranhas à matéria, como a que prevê crime de abuso de autoridade para juízes, desembargadores e integrantes do Ministério Público.

Para o presidente da ANPR, depois que as assinaturas tivessem sido checadas, a matéria deveria voltar a tramitar na Câmara desde a estaca zero. Maia, no entanto, disse que vai reencaminhar o texto ao Senado, conforme o acordo feito com Fux.

O Estado apurou que, ao buscar um acordo com Maia, Fux quis evitar novos embates com o presidente da Câmara por causa do assunto e minimizar o desgaste provocado ao conceder a liminar, no ano passado. A decisão do ministro foi bastante criticada não apenas por deputados, que a consideraram uma interferência do Judiciário do Poder Legislativo, mas também pelos próprios ministros do Supremo. Um deles disse considerar a decisão “esdrúxula”.

Trâmite. Após conversar com Fux, o presidente da Câmara enviou um ofício ao ministro do STF explicando o trâmite do projeto. A ideia é que, após a verificação pela Secretaria-Geral da Mesa, as assinaturas sejam

remetidas à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa para serem validadas.

Maia disse ainda que vai mobilizar a equipe da Câmara para realizar a validação dos apoiantes à proposta. A assessoria de imprensa da presidência da Casa disse não saber quanto tempo esse trabalho vai durar, por se tratar de um procedimento inédito, mas que será feito o mais rápido possível.

Anteontem, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), cumpriu a determinação de Fux e enviou o pacote anticorrupção de volta à Câmara. Quando soube da decisão, Maia afirmou não saber como proceder, mas que o melhor caminho seria esperar uma decisão do plenário do STF.

● Apoio 2 milhões

de assinaturas de apoio recebeu a proposta de iniciativa popular do projeto das dez medidas contra a corrupção do Ministério Público Federal, que teve tramitação interrompida pelo Supremo Tribunal Federal

18 FEV 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça suspende bloqueio de bens da Odebrecht

Medida é o primeiro resultado para a empresa da homologação este ano, pela Justiça, dos acordos de delação e de leniência

Ricardo Brandt
Mateus Coutinho
Fausto Macedo

O juiz federal Friedman Anderson Wendap, da 1.ª Vara Federal em Curitiba, suspendeu a indisponibilidade de bens da Odebrecht e da Odebrecht Plantas Industriais que havia sido decretada no dia 23 de novembro de 2016. A decisão do magistrado acata o pedido da Procuradoria da República no Paraná, sob a alegação de que como o acordo de leniência com a empreiteira já foi homologado todos os bloqueios envolvendo a empreiteira deveriam ser revogados.

A medida é o primeiro resultado para a empresa, na primeira instância, da homologação dos acordos de delação dos executivos e de leniência da empreiteira que foram homologados neste ano. “Os efeitos do acordo de leniência não de ser melhor debatidos após a abertura do contraditório, ressoando, por ora, a verossimilhança das alegações expendidas pelo Ministério Público Federal, genuíno defensor do interesse público primário e demais direitos sociais”, assinalou o magistrado em decisão do dia 26 de janeiro tornada pública ontem.

Em novembro do ano passado, Wendap havia decretado a indisponibilidade dos bens da Odebrecht, da Odebrecht Plantas Industriais e da OAS no percentual de 3% sobre a receita total das empresas, “por simetria

Argumentação

“Os efeitos do acordo de leniência não de ser melhor debatidos após a abertura do contraditório, ressoando, por ora, a verossimilhança das alegações expendidas pelo Ministério Público Federal.”

Friedman Anderson Wendap
JUIZ FEDERAL

àquele usado pelas rés para subornar”. “Se para custear a imoralidade, 3% sobre o valor dos contratos não lhes tolhia a libido empresarial, idêntico percentual para restaurar a honra há de ser motivo de júbilo na purgação das condutas deletérias que privatizaram ilegítimamente os bens públicos. Devolverão a César o que é de César em demorada penitência para que se grave na memória empresarial o custo moral e financeiro da promiscuidade entre o poder político e o econômico”, escreveu Wendap em seu despacho na época. Agora, ele suspendeu a indisponibilidade apenas em relação à Odebrecht, mantendo as medidas para a OAS e seus executivos.

Em novembro, Wendap também havia decretado a indisponibilidade de todos os bens imóveis das empreiteiras no Brasil e no exterior, além de metais, pedras preciosas, obras de arte, antiguidades e objetos raros titularizados pelas empresas. Na ocasião, ele também decretou ainda a indisponibilidade de bens de Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS, e do ex-diretor de Serviços da Petrobrás Renato Duque.

No caso deles, foi determinada a indisponibilidade de todos os bens imóveis no Brasil e exterior, além de bens valiosos, como joias, veículos de valor superior a R\$ 30 mil, obras de arte, pedras preciosas. Diferentemente da Odebrecht, a decisão contra eles continua valendo.

19 FEV 2017

O ESTADO DE S. PAULO

Lava Jato. Depoimentos dizem que Marcos Pereira, titular da Indústria, negociou repasse do caixa 2 da empreiteira em troca de apoio do partido à reeleição da chapa Dilma-Temer

Delação da Odebrecht cita R\$ 7 mi a ministro do PRB

David Friedlander
Andreza Matais / BRASÍLIA

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, negociou um repasse de R\$ 7 milhões do caixa 2 da Odebrecht para o PRB na campanha de 2014, segundo depoimento que integra a delação da empreiteira na Lava Jato. Os recursos, entregues em dinheiro vivo, compraram apoio do partido então presidido por Pereira à campanha de reeleição de Dilma Rousseff, que tinha Michel Temer como vice.

O dinheiro dado ao PRB fazia parte de um pacote maior, que envolvia também o apoio de PROS, PC do B, PP e PDT à chapa governista. Ao todo, a Odebrecht colocou cerca de R\$ 30 milhões na operação, como o Estado revelou em dezembro. O acordo é descrito, com diferentes pedaços da história, nas delações de Marcelo Odebrecht, ex-presidente e dono da empreiteira, e dos executivos Alexandrino Alencar e Fernando Cunha.

Sexto ministro de Temer citado na Lava Jato, na época Pereira tratou pessoalmente do assunto com Alexandrino, um dos 77 executivos da Odebrecht que fizeram acordo de delação já homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). De acordo com as delações, Pereira esteve mais de uma vez na sede da Odebrecht em São Paulo para combinar como e a

quem o dinheiro, entregue em parcelas, deveria ser repassado.

O ministro rebate as afirmações dos delatores. “Eu desconheço essa operação. Comigo não foi tratado nada disso”, disse. “Delação não é prova (*mais informações nesta página*).”

Presidente licenciado do PRB, Marcos Pereira é homem forte no partido fundado por integrantes da Igreja Universal do Reino de Deus após o escândalo do mensalão. Ao Estado, ele afirmou que ajudava a arrecadar recursos para campanhas do seu partido, que tem 23 deputados, um senador e comanda a prefeitura do Rio, com Marcelo Crivella. A pasta da Indústria, embora tenha perdido poderes com Temer, continua sendo uma das mais relevantes do governo.

TV. O apoio do PRB e dos outros quatro partidos garantiu à chapa Dilma-Temer 2 minutos e 39 segundos a mais na propaganda eleitoral de televisão – totalizando mais de 11 minutos, ante apenas 6 minutos de Aécio Neves, então candidato do PSDB. O PRB recebeu R\$ 7 milhões em troca de 20 segundos por dia de campanha.

Segundo os relatos dos executivos da Odebrecht, a empreiteira agiu a pedido de Edinho Silva, então tesoureiro da campanha de Dilma e hoje prefeito de

Araraquara (SP), realizado num encontro com Marcelo e Alexandrino em São Paulo.

Feito o acerto, de acordo com os depoimentos, Alexandrino ficou encarregado de fazer com que PC do B, PROS e PRB recebessem R\$ 7 milhões cada um do departamento de propinas da Odebrecht. Fernando Cunha mandou R\$ 4 milhões para o PDT. O Estado não conseguiu confirmar como foi a negociação com o PP.

Edinho Silva nega o acerto com a Odebrecht. “Não participei de tratativas com os partidos na época das composições. Eu ainda não era coordenador financeiro”, afirmou. Procurada, a Odebrecht informou que não iria se manifestar.

Os relatos de que houve compra de apoio partidário para a campanha Dilma-Temer poderão ser analisados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no processo que investiga abuso de poder político e econômico na campanha. O Estado apurou que o relator, ministro Herman Benjamin, decide nesta semana se vai requisitar os depoimentos, que estão na Procuradoria-Geral da República.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

OUTRAS CITAÇÕES

19 FEV 2017



● Eiseu Padilha (PMDB)

Casa Civil

Cláudio Melo Fi-

lho, ex-executivo da Odebrecht, apontou Padilha como preposto de Michel Temer e do PMDB para receber valores, via caixa 2. Padilha negou ter arrecadado para o partido. Temer repudiou as declarações.



● Moreira Franco (PMDB)

Secretaria-Geral da Presidência

Melo Filho citou

tratativas com o ministro na área de aeroportos. Outro ex-executivo da Odebrecht, Paulo Cesena, também citou Moreira. O ministro disse que, como titular da Aviação Civil, sempre atuou "de acordo com as leis".



● José Serra (PSDB)

Relações

Exteriores

Pedro Novis e Car-

los Armando Paschoal, executivos da Odebrecht, relataram repasse de R\$ 23 milhões, via caixa 2, à campanha presidencial de Serra em 2010. O chanceler negou irregularidades.



● Gilberto Kassab (PSD)

Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Paulo Cesena, da Odebrecht, mencionou doações de R\$ 14 milhões para o ministro, em 2013 e 2014. Kassab afirmou que as doações recebidas foram legais.



● Bruno Araújo (PSDB)

Cidades

Cláudio Melo Fi-

lho disse que man-

tinha "boa relação profissional e pessoal" com o então deputado, com quem tratou de temas como "política na Bahia" e "renovação dos contratos de energia no Nordeste". Araújo disse que valores recebidos da empreiteira foram declarados à Justiça.

O ESTADO DE S. PAULO Indicado ao STF faz 'maratona' no Senado

19 FEV 2017

● **Clima**

“Nós vamos questioná-lo de forma dura, mas pode ficar tranquilo que não faremos com o senhor o que fizeram com o ministro Fachin.”

Gleisi Hoffmann (PT-PR)

SENADORA, SOBRE A SABATINA DE FACHIN, QUE DUROU MAIS DE 12 HORAS

Com sabatina marcada para terça-feira na Casa, ministro licenciado da Justiça distribui seu best-seller a senadores

Vera Rosa / BRASÍLIA

Apressado, Alexandre de Moraes entrou e saiu de vários gabinetes do Senado, nos últimos dias, com um sapato “ruim” para aquela maratona. Escolhido pelo presidente Michel Temer para integrar o Supremo Tribunal Federal, o ministro licenciado da Justiça era o típico candidato em campanha. As vésperas da sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), marcada para terça-feira, ele distribuiu aos senadores a 32.^a edição de seu best-seller *Direito Constitucional* e tirou até selfies nos corredores da Casa.

“Sucesso e sorte!”, escreveu Moraes na dedicatória, com pequenas variações, dependendo do grau de proximidade com o parlamentar. Dois seguranças da Polícia Federal e um ajudante que carregava os livros em sacolas acompanharam o indicado no beija-mão pelo Senado.

Moraes andava tão rápido pelo túnel do tempo – como é conhecida a ligação entre o Salão Azul, as salas das comissões e os gabinetes – que repórteres eram obrigados a correr para alcançá-lo. “E olhe que esse sapato é ruim”, disse ele, na terça-feira, abrindo um sorriso quando

um jornalista perguntou se aquele preparo físico se estendia ao preparo para a sabatina.

Foi a única resposta dada pelo homem que, à frente da Justiça, sofreu um desgaste após o outro com as rebeliões nos presídios e a crescente onda de violência. “Só dou entrevista depois da sabatina e da votação do meu nome em plenário”, avisou.

No esforço para demonstrar independência do Planalto, mas também agradar àqueles de quem depende para chegar ao STF, o ministro licenciado foi econômico, ainda, nos comentários sobre a Lava Jato. Seguiu as ordens de Temer, que o mandou fechar a boca a respeito de temas espinhosos.

Mesmo assim, Moraes correu riscos. A portas fechadas, disse ser favorável a restringir o foro privilegiado. Para ele, a prerrogativa deveria alcançar apenas os presidentes da República, da Câmara e do Senado, além do vice e magistrados do Supremo.

“No Brasil, todo mundo faz delação com muita facilidade”, constatou Moraes, na conversa com João Capiberibe (PSB-AP), sem adiantar se defende mudanças nesse sistema. “Você não viu como era na época da ditadura”, retrucou o senador.

Se esse novo modelo de foro privilegiado estivesse em vigor, denúncias da Lava Jato envolvendo deputados, senadores e ministros do governo seriam julgadas em primeira instância.

“Eu não concordo. A política é como uma rosa, que também tem espinhos. O parlamentar precisa de proteção no exercício da função. Se ficar à mercê de questões locais, está morto”, reagiu José Medeiros (PSD-MT). O senador é um dos dez parlamentares que participaram de um jantar com Moraes no barco Champanhe, de propriedade de Wilder Moraes (PP-GO), no último dia 7. Sandro Mabel, assessor de Temer, também bateu ponto ali.

Moraes foi lembrado, na reunião, de que o fato de ter advogado para o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ), preso desde outubro, seria explorado contra ele. Desde então, o pretendente à cadeira de Teori Zavascki – o relator da Lava Jato que morreu em acidente aéreo – repete como mantra que a estrutura jurídica é composta por um tripé, no qual o Ministério Público acusa, o advogado defende e o juiz absolve ou condena.

“Se o indicado para o Supremo fosse Moro (juiz Sérgio Moro, que mandou prender Cunha), haveria aplausos. Se fosse o Janot (Rodrigo Janot, procurador-geral da República), também. Por que há desconfiança em relação ao advogado? Cada um cumpre o seu papel”, argumentou Moraes, de acordo com relato de senadores ao Estado.

CONTINUA

19 FEV 2017

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Vídeos. Avesso a treinamentos como media training, Moraes requisitou os vídeos das sabatinas de Teori e de Edson Fachin na CCJ. Além disso, está lendo os questionamentos que senadores fizeram a Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso e Carlos Ayres Britto.

“Nós vamos questioná-lo de forma dura, mas pode ficar tranquilo que não faremos com o senhor o que fizeram com o ministro Edson Fachin, porque ninguém merece aquilo”, disse a líder do PT no Senado, Gleisi Hoffmann (PR), quando Moraes a procurou. Era uma referência à sabatina ocorrida em maio de 2015, que durou mais de 12 horas. Fachin é o novo relator da Lava Jato na Corte.

Polêmicas. Filiado ao PSDB até 12 dias atrás, quando se desligou do partido, Moraes enfrenta protestos nas redes sociais. Ex-titular da Segurança no governo de Geraldo Alckmin, o advogado que começou a carreira política no PFL (hoje DEM), chegou a “supersecretário” na gestão de Gilberto Kassab – atual ministro das Comunicações – e migrou para o PMDB coleciona polêmicas. Entre elas, a de copiar trechos de uma obra em espanhol e a de ter defendido o Primeiro Comando da Capital (PCC). “Isso virou um telefone sem fio”, reclamou.

No portal e-Cidadania, mantido pelo Senado, 700 internautas já haviam mandado, até sexta-feira, sugestões de perguntas para a sabatina, a maioria levantando suspeitas sobre a isenção de Moraes para o cargo.

Em sua tese de doutorado, apresentada há 17 anos na USP, Moraes escreveu que detentores de cargos de confiança no Executivo deveriam ser proibidos de ocupar uma cadeira no Supremo, “durante o mandato do presidente da República em exercício”, como revelou o **Estado**. Na sua avaliação, o veto evitaria “demonstração de gratidão política” na Corte.

“Fui franco e disse a ele que achava um erro o presidente indicá-lo para o Supremo”, contou o senador Cristovam Buarque (PPS-DF). “É como se Abraham Lincoln tivesse tirado o comandante das tropas da União na Guerra Civil norte-americana.”

Ao se debruçar sobre a história, o senador foi acometido por um “branco”, que não escondeu de Moraes. “Olha, ministro, apesar de ter sido um estudioso daquele período, não me lembro o nome do general de Lincoln”, admitiu, entre risos.

Com a “deixa”, Moraes exibiu seus conhecimentos. “General Grant”, respondeu ele, sem pestanejar, numa alusão a Ulysses Grant (1822-1885). “Isso me impressionou muito”, confessou Cristovam. O senador ainda não sabe, porém, se a lembrança de Grant será suficiente para apoiar o ex-tucano. “A gente não escolhe ministro do Supremo pela cultura. Se fosse hoje, eu tenderia a votar não. Mas vamos esperar a sabatina.”

Aprovação de nome pela Casa leva, em média, 20 dias

● O tempo entre a indicação de Alexandre de Moraes para o STF e a sua provável aprovação no plenário do Senado deve seguir a média de 20 dias verificada desde a redemocratização. Levantamento feito pelo **Estado** mostra que não há um cronograma único. Houve ministros cujos nomes foram aprovados um dia depois da indicação do presidente e outros que levaram até 50 dias.

O processo já foi feito em tempo recorde. Os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e José Sarney conseguiram aprovar nomes indicados para o STF de um dia para o outro, caso do então ministro do STJ Menezes Direito, em 2007. Lula foi o presidente que conseguiu dar mais celeridade às suas indicações. Na média, os oito ministros que escolheu levaram 15 dias para serem aprovados pelo Senado. A presidente cassada Dilma Rousseff foi a que teve mais dificuldades, com média de 28 dias. / ISADORA PERON

18 FEV 2017
19 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

Prefeitos de municípios paranaenses dependem da Justiça para assumir

Em seis cidades, vereadores estão provisoriamente na chefia do Executivo; em outras nove, eleitos tomaram posse mas correm risco de perder o mandato

Edson Ferreira
Reportagem Local

Quatro meses depois das eleições municipais, realizadas no mês de outubro do ano passado, quinze municípios paranaenses ainda enfrentam instabilidade política em razão da incerteza sobre quem vai comandar a prefeitura. Conforme levantamento feito pela Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, a pedido da reportagem, seis cidades começaram 2017 governadas por vereadores. Nas outras, os candidatos eleitos conseguiram tomar posse, embora o futuro deles esteja nas mãos da Justiça Eleitoral.

As implicações dos candidatos cujos registros foram indeferidos pela Justiça vão de reprovação de prestações de contas até condenação criminal em segundo grau, fatores que levam à inelegibilidade. Na semana passada, o TRE determinou a realização de eleições suplementares, no dia 2 de abril, em quatro cidades – Foz do Iguaçu (Oeste), Piraí do Sul (Centro-Oriental), Nova Laranjeiras

(Centro-Sul) e Quatiguá (Norte Pioneiro). Os pedidos de registros de candidatos pelos partidos políticos ou coligações deverão ser apresentados na Zona Eleitoral responsável até a próxima segunda-feira (20).

De acordo com o presidente do Observatório Social de Foz do Iguaçu, Juliano Biccigo, a indefinição sobre o futuro gestor prejudica o planejamento a longo prazo. “A gestão provisória precisa ter os seus secretários e diretores, mas o próximo prefeito provavelmente vai nomear a equipe dele, especialmente no primeiro escalão. Com esse cenário, perde-se muito em planejamento na cidade.”

Biccigo destacou a saúde e o recape asfáltico como sinais dos problemas que o município enfrenta. “O nosso Pronto Atendimento foi fechado para reformas e os equipamentos levados para um posto menor, concentrando ali toda a população. A cidade tem muitas ruas esburacadas, tanto que foi um dos principais temas durante a campanha eleitoral, mas até agora não há solução.”

QUATIGUA

O advogado Guilherme Gonçalves, que defende o prefeito eleito de Quatiguá, Efraim Bueno (PMDB), que está sub judice, informou ter apresentado recurso no TRE pedindo a suspensão das eleições suplementares. Gonçalves alega que as novas eleições somente podem ser agendadas, conforme o artigo 224 do Código Eleitoral, depois que o processo estiver transitado em julgado. “Neste caso de Quatiguá, ainda existem embargos de declaração que precisam ser analisados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Nós e o Ministério Público apresentamos os recursos, então, se não está concluído o processo não há como convocar novas eleições.”

Bueno foi considerado inelegível devido à condenação criminal de segundo grau, mas rechaça o crime e recorre no Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Em Primeiro de Maio (Região Metropolitana de Londrina), onde Gonçalves também defende o prefeito eleito Mario Casanova (PP), a posse do pepista depende do posicionamento do TSE. "O Tribunal está analisando com cuidado o caso dele, até por se tratar de uma novidade. Até o prazo de filiação partidária ele estava inabilitado para a função pública, mas não estava com os direitos políticos suspensos, podia votar e ser votado, então, por que não poderia se filiar?", questiona o advogado.

18 FEV 2017

19 FEV 2017

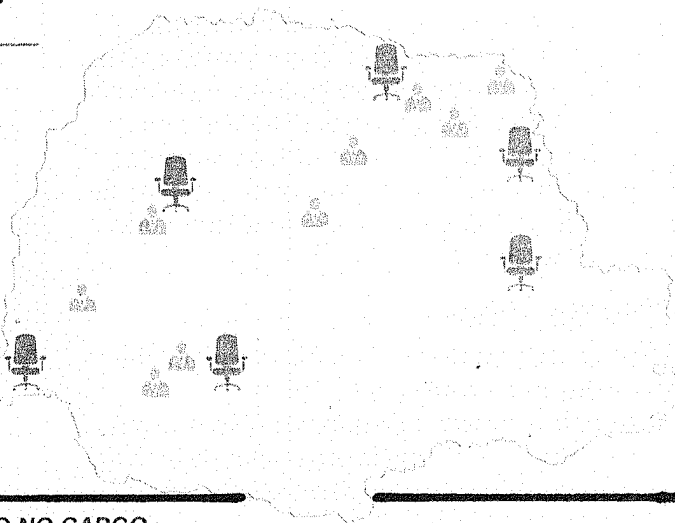
SUB JUDICE

Eleições de 2016 ainda seguem indefinidas em 15 municípios



AGUARDAM JULGAMENTO FORA DO CARGO

- ☒ Primeiro de Maio
Mario Casanova (PP)
- ☒ Quatiguá
Efraim Bueno de Moraes (PMDB)
- ☒ Foz do Iguaçu
Paulo McDonald Ghisi (PDT)
- ☒ Moreira Sales
Hugo Berti (PSD)
- ☒ Nova Laranjeiras
Eugênio Milton Bittencourt (PT)
- ☒ Pirai do Sul
Antonio El Achkar (PTB)



AGUARDAM JULGAMENTO NO CARGO

- | | | |
|--|---|---|
| ☒ Nova América da Colina
Ernesto Basso (PSDB) | ☒ Congonhinhas
Luciano Merhy (PTB) | ☒ São Pedro do Iguaçu
Francisco Neto (PSD) |
| ☒ Cambará
José Salim Hagi Neto (PMDB) | ☒ Ivaiporã
Miguel Roberto do Amaral (PSDB) | ☒ Quedas do Iguaçu
Marlene Revers (Pros) |
| ☒ Rio Bom
Ene Benedito Gonçalves (PDT) | ☒ Quarto Centenário
Reinaldo Krachinski (PSDB) | ☒ Cruzeiro do Iguaçu
Dilmar Turmina (PDT) |

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

18 FEV 2017

19 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

Marajás 'mamam' nos Três Poderes do Brasil

“Marajás” do serviço público recebem supersalários nos Três Poderes, “contornando” o teto constitucional. A malandragem consiste em não incluir na conta dos vencimentos o que chamam de “vantagens” e outros ganhos. Um desembargador de Sergipe recebeu R\$ 326 mil em janeiro, enquanto no Tribunal de Justiça do Ceará 26 embolsaram salários superiores ao limite constitucional. Neste ano de 2017, só o governo federal gastará R\$ 306,9 bilhões com pagamento de salários.

Meio bilhão ilegais

Somente as “vantagens” dos marajás do Poder Executivo federal somaram R\$ 422,4 milhões no mês de dezembro.

Marajás afortunados

O governo federal ainda não divulgou os dados da folha de janeiro, mas em dezembro pagou supersalários a 17 afortunados servidores.

Professor marajá

O campeão do mês foi um professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, que embolsou R\$ 157 mil em dezembro, além do salário.

Constituição estapeada

O Legislativo tem seus próprios marajás. Somente na Câmara dos Deputados, 21 servidores recebem ilegalmente acima de R\$ 33,7 mil.

Dois vezes vítima

Entre os contribuintes que vão pagar a indenização ordenada pelo STF estão aqueles que agonizam nos hospitais, vitimados pelo bandidos.

FOLHA DE LONDRINA 18 FEV 2017

INFORME

19 FEV 2017

Sabatina

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado sabatina na próxima terça-feira (21), às 10h, o ministro da Justiça licenciado Alexandre de Moraes, indicado pelo presidente Michel Temer para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Além dos senadores, os cidadãos podem participar da sabatina enviando perguntas e comentários pelo Portal e-Cidadania (mais de 500 perguntas foram encaminhadas pelos cidadãos). Moraes é o primeiro nome escolhido para o tribunal pelo presidente Michel Temer, que assumiu a chefia do Executivo em maio de 2016. Ele foi indicado para a vaga deixada pelo ministro Teori Zavascki, morto em acidente aéreo no dia 19 de janeiro.

Questionamentos

Durante a sabatina, os senadores membros da CCJ podem perguntar a Alexandre de Moraes suas opiniões sobre temas que estejam na alçada do STF ou em discussão na sociedade e no Congresso Nacional. Também podem interpelar o indicado a respeito de seu currículo profissional e outros fatos de sua vida que considerarem relevantes. Cada senador terá dez minutos para formular seus questionamentos, e Moraes terá o mesmo tempo para responder. São previstas também réplica e tréplica, de cinco minutos cada. A sabatina não tem limite de tempo, e sua duração pode variar muito. A do ministro Edson Fachin, em 2015, prolongou-se por mais de 11 horas, enquanto a de Teori Zavascki, em 2012, foi concluída em pouco mais de três horas.

Votação nas duas Casas

Após a sabatina, a comissão votará a indicação, em procedimento secreto. O nome precisa ser aprovado pela maioria simples dos membros (maioria dos presentes à reunião). Caso o resultado seja favorável à indicação, o parecer da CCJ será encaminhado ao Plenário. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, já manifestou a intenção de fazer a votação em Plenário no mesmo dia. Moraes precisa da aprovação de, pelo menos, 41 dos 81 senadores para tornar-se o novo ministro do Supremo Tribunal Federal. A votação em Plenário também será secreta.

Indicação nº 27

Moraes é o 27º nome a ser indicado para o STF desde a redemocratização do país, em 1985, e o 25º sob a vigência da Constituição Federal de 1988. Ele é o quarto ex-ministro da Justiça a ser agraciado com a nomeação no mesmo período. Antes dele, Nelson Jobim (1997), Maurício Corrêa (1994) e Paulo Brossard (1989) também foram indicados. Apenas Corrêa não ocupava o cargo no momento da indicação – era senador pelo Distrito Federal e havia deixado o Ministério sete meses antes.

18 FEV 2017

19 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

MILTÃO

MAZZA

Abuso

Ministério Público acaba de recomendar à polícia judiciária maior cuidado com quebra de normas como a recente em que uma mulher ficou presa, junto com quatro homens, durante toda a noite no 8º Distrito. Quando se vê tanto agito em torno do tema (entre outros a Lei Maria da Penha) e a sistemática doutrinação de movimentos feministas ou de iniciativas como a criação da Casa da Mulher Brasileira, percebe-se o quão distante é a teoria da prática.

Congelada

O juízo da 1ª Vara Federal de Curitiba, a pedido do Ministério Público, decretou ontem o congelamento dos bens da Odebrecht. E agora?

∞ Nas redes sociais, um assunto sério e triste: o jovem José Humberto, de uma família de Goiás, não quer mais fazer hemodiálise e disse que vai pedir liminar na Justiça, para ter o direito de “parar de sofrer”. Mas qual é a mãe que quer deixar um filho morrer? Por isso, ela discorda dele, e deseja que ele continue o tratamento. Quem está certo, quem está errado.

∞ Mas quem sente o que rapaz sente? A opção do jovem é pela morte. A da mãe é pela vida. E a medicina diz o que?

OPINIÃO DO LEITOR

'Bolsa quadrilha'

Ninguém gosta de encosto. Muito menos os presidiários. Por isto, um preso do Mato Grosso do Sul decidiu pedir indenização por danos morais, devido à superlotação e demais condições precárias do seu presídio, que ferem a dignidade humana. Neste caminho, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o referido estado deve ser responsabilizado por condições degradantes e efetuar o pagamento de indenização ao preso. Espero que realmente a justiça seja feita, mas que a mesma tenha sempre bom senso e respeite a sequência de prioridades e valores. Vamos conceder primeiro indenização às vítimas de assaltos (hoje com síndrome de pânico, etc.), bem como aos pais que tiveram filhos assassinados (hoje com depressão profunda, etc.), aos cidadãos que não podem circular nas ruas devido à greve da polícia, aos estudantes que frequentam escolas superlotadas e com falta de estrutura mínima de higiene, aos cidadãos que não têm acesso a planos de saúde e são vítimas das péssimas condições dos hospitais públicos, aos cidadãos que foram demitidos sem justa causa, devido à situação caótica do país. Sugiro que no lugar da “bolsa encosto” ou “bolsa quadrilha”, concedida aos presos, o STF obrigue os Estados a construírem, com urgência urgentíssima, prisões onde os meliantes tenham que trabalhar, com bastante espaço, numa condição aeróbica mais digna.

AMARILDO PASINI (professor) – Londrina

FOLHA DE LONDRINA

Justiça suspende bloqueio de bens da Odebrecht

Ricardo Brandt, Mateus
Coutinho e Fausto Macedo
Agência Estado

São Paulo - O juiz Federal Friedman Anderson Wendap, da 1ª Vara Federal em Curitiba, suspendeu a indisponibilidade de bens da Odebrecht e da Odebrecht Plantas Industriais que havia sido decretado no dia 23 de novembro de 2016. A decisão do magistrado acata o pedido da Procuradoria da República no Paraná, que alegou que como o acordo de leniência com a empreiteira já foi homologado todos os bloqueios envolvendo a empreiteira deveriam ser revogados. A medida é o primeiro resultado para a empresa, na primeira instância, da homologação dos acordos de delação dos executivos e de leniência da empreiteira que foram homologados neste ano. “Os efeitos do acordo de leniência não de ser melhor debatidos após a abertura do contraditório, ressoando, por ora, a verossimilhança das alegações expendidas pelo Ministério Público Federal, genuíno defensor do interesse público primário e demais direitos sociais”, assinalou o magistrado em decisão do dia 26 de janeiro tornada pública nessa sexta-feira (17).

Em novembro do ano passado, Wendap havia decretado a indisponibilidade dos bens da Odebrecht, da Odebrecht Plantas Industriais e a OAS no percentual de 3% sobre a receita total das empresas, “por simetria àquele usado pelas rés para subornar”. Agora, ele suspendeu a indisponibilidade apenas em relação à Odebrecht, mantendo as medidas para a OAS e seus executivos.

18 FEB 2017

19 FEB 2017

20 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

Alexandre Moraes faz 'maratona' no Senado

Com sabatina marcada para esta terça-feira, indicado ao STF distribuiu seu best-seller aos senadores

Vera Rosa

Agência Estado

Brasília - Apressado, Alexandre de Moraes entrou e saiu de vários gabinetes do Senado, nos últimos dias, com um sapato que definiu como "ruim" para aquela maratona. Escolhido pelo presidente Michel Temer para integrar o Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro licenciado da Justiça era o típico candidato em campanha. Às vésperas da sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), marcada para terça-feira, ele distribuiu aos senadores a 32ª edição de seu best-seller Direito Constitucional e tirou até "selfies" nos corredores da Casa.

"Sucesso e sorte!", escreveu Moraes na dedicatória da obra, com pequenas variações, dependendo do grau de proximidade com o parlamentar. Dois seguranças da Polícia Federal e um ajudante de ordens que carregava os livros de capa preta em sacolas acompanharam o indicado do presidente no beija-mão pelo Senado.

Moraes andava tão rápido pelo túnel do tempo - como é conhecida a ligação entre o Salão Azul, as salas das comissões e os gabinetes - que repórteres eram obrigados a correr para alcançá-lo. "E olhe que esse sapato é ruim", disse ele, na terça-feira, abrindo um sorriso quando um jornalista perguntou se aquele preparo físico se estendia ao preparo para a sabatina.

Foi a única resposta dada pelo homem que, à frente da Justiça, sofreu um desgaste após o outro com as rebeliões nos presídios e a crescente onda de violência. "Só dou entrevista depois da sabatina e da votação do meu nome em plenário", avisou.

No esforço para demonstrar independência do Palácio do Planalto, mas também agradar àqueles de quem depende para chegar ao Supremo, o ministro licenciado foi econômico, ainda, nos comentários sobre a Operação Lava Jato. Seguiu as ordens de Temer, que o mandou fechar a boca a respeito de temas espinhosos.

CONTINUA

20 FEV 2017

CONTINUAÇÃO

FOLHA DE LONDRINA

Mesmo assim, Moraes correu riscos. A portas fechadas, disse ser favorável a restringir o foro privilegiado. Para ele, a prerrogativa deveria alcançar apenas os presidentes da República, da Câmara e do Senado, além do vice e magistrados do Supremo. "No Brasil, todo mundo faz delação com muita facilidade", constatou Moraes, na conversa com João Capiberibe (PSB-AP), sem adiantar se defende mudanças nesse sistema. "Você não viu como era na época da ditadura", retrucou o senador.

Se o novo modelo de foro privilegiado estivesse em vigor, denúncias da Lava Jato envolvendo deputados, senadores e ministros do governo, por exemplo, seriam julgadas em primeira instância, quando transformadas em ações penais. "Eu não concordo com isso. A política é como uma rosa, que também tem espinhos. O parlamentar precisa de proteção no exercício da função. Se ficar à mercê de questões locais, está morto", reagiu José Medeiros (PSD-MT). O senador é um dos dez parlamentares que participaram de um jantar com o candidato ao STF no barco Champanhe, de propriedade de Wilder Moraes (PP-GO), no último dia 7. Sandro Mabel, assessor de Temer, também bateu ponto ali.

Moraes foi lembrado, naquela reunião, de que o fato de ter advogado para o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ), preso desde outubro, seria explorado contra ele. Desde então, o pretendente à cadeira de Teori Zavascki - o relator da Lava Jato que morreu em acidente aéreo - repete como mantra que a estrutura jurídica é composta por um tripé, no qual o Ministério Público acusa, o advogado defende e o juiz absolve ou condena.

"Se o indicado para o Supremo fosse Moro (juiz Sérgio Moro, que mandou prender Cunha), haveria aplausos. Se fosse o Janot (Rodrigo Janot, procurador-geral da República), também. Por que há desconfiança em relação ao advogado? Cada um cumpre o seu papel", argumentou Moraes, de acordo com relato de senadores ao Estado.

VÍDEOS

Avesso a treinamentos como media training, o ministro licenciado requisitou os vídeos das sabinas de Teori e de Edson Fachin na CCJ do Senado. Além disso, está lendo os questionamentos que senadores fizeram a outros magistrados, como Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso e Carlos Ayres Britto. "Nós vamos questioná-lo de forma dura, mas pode ficar tranquilo que não faremos com o senhor o que fizeram com o ministro Edson Fachin, porque ninguém merece aquilo", disse a líder do PT no Senado, Gleisi Hoffmann (PR), quando Moraes a procurou. Era uma referência à sabatina ocorrida em maio de 2015, que durou mais de 12 horas. No último dia 2, Fachin foi escolhido, por sorteio, o novo relator da Lava Jato.

Filiado ao PSDB até 12 dias atrás, quando se desligou do partido, Moraes enfrenta protestos nas redes sociais. Ex-titular da Segurança no governo de Geraldo Alckmin, o advogado que começou a carreira política no PFL (hoje DEM), chegou a "supersecretário" na gestão de Gilberto Kassab - atual ministro das Comunicações - e depois migrou para o PMDB de Temer coleciona polêmicas e acusações. Entre elas, a de copiar trechos de uma obra em espanhol e a de ter defendido o

PCC. "Isso virou um telefone sem fio", reclamou.

No portal e-Cidadania, mantido pelo Senado, 700 internautas já haviam mandado, até sexta-feira, sugestões de perguntas para a sabatina, a maioria levantando suspeitas sobre a isenção de Moraes para o cargo.

Em sua tese de doutorado, apresentada há 17 anos na USP, Moraes escreveu que detentores de cargos de confiança no Executivo deveriam ser proibidos de ocupar uma cadeira no Supremo, "durante o mandato do presidente da República em exercício", como revelou o Estado. Na sua avaliação, o veto evitaria "demonstração de gratidão política" na Corte.

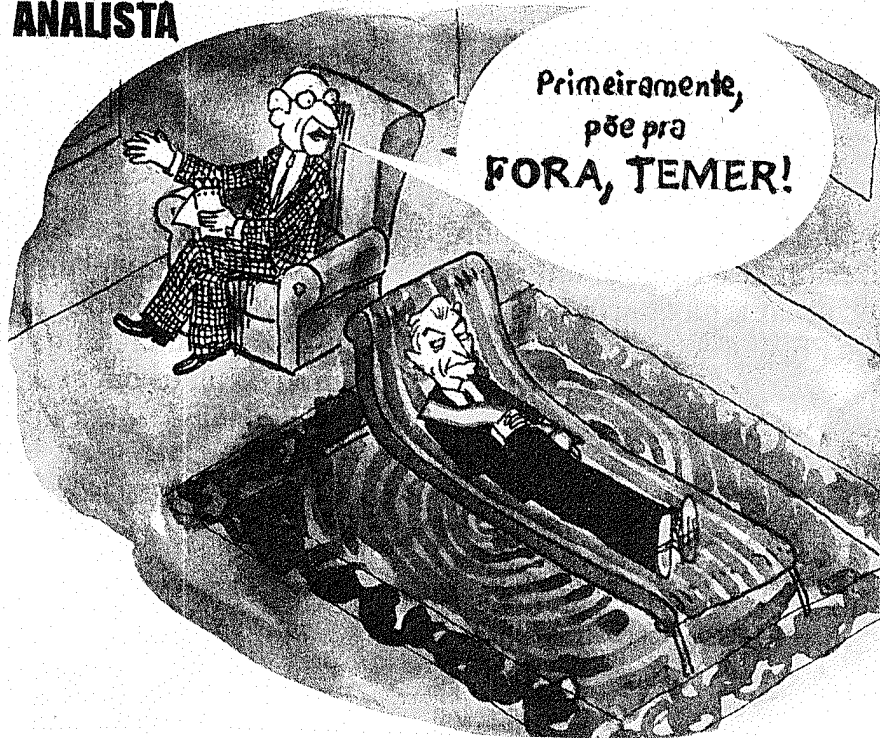
"Fui franco e disse a ele que achava um erro o presidente indicá-lo para o Supremo", contou o senador Cristovam Buarque (PPS-DF). "É como se Abraham Lincoln tivesse tirado o comandante das tropas da União na Guerra Civil norte-americana." Ao se debruçar sobre a história, o senador foi acometido por um "branco", que não escondeu de Moraes. "Olha, ministro, apesar de ter sido um estudioso daquele período, não me lembro o nome do general de Lincoln", admitiu, entre risos.

Com a "deixa", Moraes exibiu os seus conhecimentos. "General Grant", respondeu ele, sem pestanejar, numa alusão a Ulysses Grant (1822-1885). "Isso me impressionou muito", confessou Cristovam. O senador ainda não sabe, porém, se a lembrança de Grant será suficiente para apoiar o ex-tucano. "A gente não escolhe ministro do Supremo pela cultura. Se fosse hoje, eu tenderia a votar não." Logo depois, porém, fez meia-volta: "Mas vamos esperar a sabatina."

20 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

ANALISTA



20 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

Campanha pede fim da violência sexual infantil

Akemi Nitahara

Agência Brasil

Para pressionar o poder público a fazer um diagnóstico sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes e, posteriormente, planejar ações efetivas de combate ao problema, a instituição Aldeias Infantis SOS lançou petição on-line para recolher assinaturas dentro da campanha Dê um Basta. O documento será entregue aos gestores municipais no dia 5 de março.

Segundo dados do Disque 100, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, 47 crianças por dia são vítimas de abuso, exploração ou turismo sexual no Brasil. Para a gestora do projeto no Rio de Janeiro, Ana Almeida, os números são subestimados, já que contabilizam apenas as denúncias registradas. Ela destaca que é necessário ampliar o banco de dados, incluindo fontes de informação como as delegacias, escolas, conselhos tutelares, hospitais e centros sociais. "A petição visa basicamente a

criação de políticas públicas de enfrentamento", resume a gestora.

Ana informou que este ano a campanha tem como foco as prefeituras de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Olinda e Salvador, por terem muita mobilização popular no carnaval, período em que aumenta a possibilidade de turismo sexual e a vulnerabilidade de crianças e adolescentes. "É uma situação da própria festa, porque a cidade fica movimentada, recebe turistas de várias partes do mundo. Entendemos que essa é uma época de maior vulnerabilidade. Mas a questão da violência contra a criança é um fato que ocorre diuturnamente, infelizmente".

A instituição Aldeias Infantis SOS ressalta que a violência sexual compromete saúde, autoestima, aprendizado e vida social das crianças, além de ter potencial para torná-las adultos que reproduzem a violência, criando um ciclo vicioso.

20 FEV 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça Federal suspende bloqueio à Odebrecht

Liberação das receitas ocorreu devido ao acordo de leniência



A Justiça Federal do Paraná suspendeu a indisponibilidade de receitas da Odebrecht, decretada em 2016 em uma ação de improbidade administrativa. A ordem, do

juiz federal Friedmann Anderson Wendpap, atende a um pedido do Ministério Público Federal feito após a homologação de um acordo de leniência firmado com a empreiteira. A determi-

nação do juiz foi expedida no dia 26 de janeiro.

Em novembro do ano passado, ele havia determinado que a Odebrecht Plantas Industriais, a Construtora Norberto Odebrecht e também a

empreiteira OAS depositassem mensalmente em conta judicial 3% de sua receita total. Na ocasião, ele afirmou que fixou o percentual "por simetria àquele usado pelas rés para subornar".

STF dá dez dias para governo explicar reforma da Previdência

Ministro fez o pedido após ações protocoladas pela oposição



O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello deu prazo de dez dias para que o presidente da República, Michel Temer, e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, prestem informações sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, que trata da

reforma da Previdência. A solicitação de Mello é feita após recebimento de um mandado de segurança, impetrado por 28 deputados de oposição.

A ação pede a anulação dos atos que levaram à tramitação da PEC na Câmara. Os deputados alegam que o governo não apresentou um estudo atual, necessário para confirmar

o desequilíbrio nas contas da Previdência e a consequente necessidade de alteração nas regras. O ministro da Suprema Corte deve aguardar as informações solicitadas antes de decidir sobre o acolhimento ou não do mandado de segurança. O acolhimento significaria a suspensão da tramitação da matéria na Câmara.

20 FEV 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Edson Fachin critica o foro privilegiado

Ministro disse que o STF precisa avaliar se a redução do foro privilegiado pode ser feita por meio de nova interpretação sobre a Constituição ou se depende de PEC

Edson Fachin do Supremo Tribunal Federal faz crítica ao foro privilegiado



O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato na Corte, disse na sexta-feira que o foro privilegiado é “incompatível com o princípio republicano”.

“A questão do chamado foro privilegiado, que na verdade é um foro por prerrogativa de função, tem aberto um debate no Brasil sobre a coerência do que se tem entendido e praticado com o princípio republicano que está na Constituição. Eu, já de muito tempo, tenho subscrito uma visão crítica do chamado foro privilegiado, por entendê-lo incompatível com o princípio republicano, que é o programa normativo que está na base da Constituição brasileira”, disse Fachin.

Fachin disse que o Supremo precisa avaliar se uma eventual redução da abrangência do foro privilegiado pode ser feita por meio de nova interpretação da Corte sobre a Constituição ou se depende de proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada no Congresso.

“A questão, todavia, que se coloca é saber se essa alteração pode ser feita por uma mudança de interpretação constitucional ou se ela demanda, da parte do Poder Legislativo, uma alteração própria do Poder Legislativo.”

Segundo a Constituição, no caso de infrações penais, cabe somente ao STF julgar o presidente da República, o vice, deputados federais e senadores, os próprios ministros da Corte e o procurador-geral da República. Fachin destacou, no entanto, que o Supremo deve debater em breve se a prerrogativa de foro vale também para atos ilícitos praticados antes do exercício do cargo.

“Este é o debate que o Supremo vai enfrentar para saber se há espaço para interpretação, como, por exemplo, a proposta feita no sentido de que o foro compreenderia apenas os eventuais ilícitos praticados o exercício da função e não abrangeria

os ilícitos praticados anteriormente”, disse o ministro. “Na Corte, de um modo geral, tenho me inclinado por uma posição de maior contenção do tribunal”, completou.